



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA**

**EMERSON TIAGO ALVES SILVA**

**ANTES MAL ACOMPANHADO DO QUE DERROTADO**  
**Coligações eleitorais nas eleições para governador (2006-2010)**

Maceió - AL  
2014

**EMERSON TIAGO ALVES SILVA**

**ANTES MAL ACOMPANHADO DO QUE DERROTADO**

**Coligações eleitorais nas eleições para governador (2006-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do Título de Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura), sob a orientação do Prof. Ms. Ranulfo Paranhos.

Maceió  
2014

**EMERSON TIAGO ALVES SILVA**

**ANTES MAL ACOMPANHADO DO QUE DERROTADO**

**Coligações eleitorais nas eleições para governador (2006-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetida ao corpo docente do Instituto  
de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Alagoas e aprovada em 21 de  
Março de 2014.

Banca examinadora:

---

(Ms. Ranulfo Paranhos) (Orientador)

---

(Dr. José Alexandre da Silva Junior) (Examinador interno)

---

(Dr. Diego de Freitas Rodrigues) (Examinador externo)

A Deus, que é o único e digno de receber  
toda honra e toda glória.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser o autor da minha vida e por sempre estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

A minha família pelo apoio nos estudos.

A minha noiva pelo incentivo, força e até pelas cobranças para que eu nunca viesse a desistir dos meus sonhos.

A todos os amigos e colegas que construí durante esta jornada da minha vida e que contribuíram através de estudos, conversas ou mesmo momentos de descontração para o desenrolar desta etapa da minha vida. Em especial, gostaria de agradecer a Wilber Nascimento pelo apoio na construção do banco de dados e análise do mesmo.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica e me influenciaram a chegar até aqui, em especial aos professores de Ciência Política também gostaria de deixar meus agradecimentos.

A meu orientador prof. Ranulfo Paranhos, por se mostrar em muitos momentos mais do que um simples orientador, mas também um amigo, o qual sempre me incentivou, acreditou em mim e me ajudou decisivamente para que eu pudesse chegar ao fim desta jornada. Por isso e muitos mais agradeço por todas as conversas sobre o TCC, aulas ministradas, conversas sobre os diversos temas da Ciência Política, mas, além destas, sobre as inúmeras conversas sobre assuntos corriqueiros e descontrações (as quais o Senhor é mestre) e que marcaram todo esse período da minha vida.

A todos deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações? Metodologicamente buscamos para responder esta questão analisar as eleições para governador em todos os estados brasileiros nos pleitos eleitorais de 2006 e 2010 com base nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboramos a partir da literatura precedente uma classificação dos partidos numa escala ideológica de 1 a 7. Fizemos uso da técnica estatística (*clusters analysis*) para agrupar as coligações em 3 grupos: consistentes, semiconsistentes e inconsistentes. Esta classificação foi baseada no desvio-padrão de cada coligação. As principais conclusões foram que: (1) A prática de lançar candidaturas coligadas deixou de ser exceção e hoje é regra, isto porque todos os eleitos no período analisado se deram através das coligações; (2) As coligações eleitorais semiconsistentes dominaram o cenário político em 2006, já em 2010 foram as inconsistentes que conseguiram lançar e eleger mais candidaturas. Logo, o fator ideológico se mostrou fraco, pois as coligações consistentes não se mostraram fortes em nenhum dos anos observados; (3) O número de partidos nas coligações contribuiu efetivamente para o aumento das chances de eleger candidatos.

**Palavras-Chave:** Coligações eleitorais, Ideologia partidária, Partidos políticos, Análise de clusters, Eleições 2006 – 2010.

## ABSTRACT

This paper aims to answer the following question: The ideological positioning of Brazilian political parties influences the formation of their coalition? Methodologically we seek to answer this question analyzing the gubernatorial elections in all states in electoral disputes in 2006 and 2010 based on the data made available by the Superior Electoral Court (TSE). We developed from previous literature a classification of parties in an ideological scale 1-7. We used the statistical technique (cluster analysis) to group coalitions in 3 groups: consistent, inconsistent and semiconsistentes. This classification was based on the standard deviation of each coalition. The main findings were that: (1) The practice of launching applications no longer affiliated exception and today's rule, this because all the elect in the analyzed period were through coalitions, (2) the semiconsistentes electoral coalitions dominated the political scene in 2006 in 2010 were inconsistent and elect who managed to launch more applications. Thus, the ideological factor proved weak, because the consistent coalitions were not strong in any of the years observed, (3) the number of parties in the coalition effectively contributes to the increased chances of electing candidates.

**Keywords:** Electoral Coalitions, Party Ideology, Political parties, Cluster Analysis, Election 2006-2010.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de candidaturas 2006-2010.....	33
Gráfico 2 – Tipo de candidaturas por regiões da federação.....	34
Gráfico 3 - Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 2006 .....	34
Gráfico 4 - Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 2010 .....	34
Gráfico 5 - Perfil das coligações eleitorais 2006 .....	37
Gráfico 6 - Perfil das coligações eleitorais 2010.....	37
Gráfico 7 - Perfil das candidaturas coligadas por região 2006.....	38
Gráfico 8 - Perfil das candidaturas coligadas por região 2010.....	38
Gráfico 9 - Eleitos e não eleitos por tipo de coligação 2006.....	41
Gráfico 10 - Eleitos e não eleitos por tipo de coligação 2010.....	41
Gráfico 11 - Sucesso eleitoral por perfil das coligações/regiões 2006.....	42
Gráfico 12 - Sucesso eleitoral por perfil das coligações/regiões 2010 .....	42
Gráfico 13 - Quantidade de partidos nas coligações_2006 .....	43
Gráfico 14 - Quantidade de partidos nas coligações_2010 .....	44
Gráfico 15 - Quantidades de partidos na coligação x eleitos/não eleitos nos estados com colégios eleitorais pequenos.....	45
Gráfico 16 - Quantidades de partidos na coligação x eleitos/não eleitos nos estados com colégios eleitorais médios.....	46
Gráfico 17 - Quantidades de partidos na coligação x eleitos/não eleitos nos estados com colégios eleitorais grandes .....	46



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Classificação ideológica em sete pontos.....	28
Tabela 2 - Tipos de candidatura 2006-2010.....	32
Tabela 3 - Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters 2006.....	36
Tabela 4 - Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters 2010.....	36

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil segundo alguns autores.....	16
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1. REVISÃO TEÓRICA.....	13
1.1 Democracia, partidos políticos e ideologia partidária.....	13
1.2 Coligações eleitorais: aspectos legais .....	16
1.3 As coligações na experiência democrática de 1945-1960.....	17
1.3 A literatura sobre coligações eleitorais no Brasil contemporâneo.....	22
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....	27
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS: COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA ARENA SUBNACIONAL 2006/2010.....	32
3.1 Padrões gerais e por regiões das candidaturas.....	32
3.2 Taxa de sucesso dos tipos de candidaturas.....	34
3.3 Perfis e tendências gerais das coligações.....	35
3.4 Eficácia eleitoral dos perfis das coligações.....	40
3.5 Analisando a quantidade de partidos nas coligações e as chances de se eleger.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49
APÊNDICE.....	53
ANEXOS.....	54

## INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil vive um momento de estabilidade e fortalecimento de sua democracia, em que muitos estudos se disseminam dentro das Ciências Sociais e, em especial da Ciência Política, sob as mais diversificadas subáreas referentes ao sistema político brasileiro. Porém, alguns temas ainda possuem reduzido número de estudos em âmbito nacional e subnacional, a exemplo das coligações eleitorais, subárea bastante promissora. Como afirma Krause e Schmitt (2010), “as possibilidades que estudos empíricos sobre coligações eleitorais oferecem para a análise de fenômenos políticos são promissoras.” (p. 9, 2010). Os estudos sobre coligações fornecem várias vias para analisarmos o sistema político brasileiro, como algumas perspectivas para analisarmos o perfil dos partidos e suas identidades no espectro ideológico (KRAUSE e SCHMITT, 2005).

Abordaremos o tema das coligações observando em especial os partidos políticos, suas identidades ideológicas e os seus perfis para se coligar com outros partidos e formar coligações, considerando as eleições de 2006 2010, para os cargos executivos estaduais no Brasil – Governadores.

Essa pesquisa se justifica pelo fato de ainda ser reduzida a quantidade de estudos sobre as coligações em âmbito subnacional e a sua importância deriva da contribuição nos estudos sobre coligações eleitorais nas arenas subnacionais, estabelecendo e definindo padrões metodológicos para a posterior replicação dos dados.

O estudo terá o intuito de responder a seguinte questão: O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações? Para responder esta pergunta tomamos como base toda a literatura vigente que busca posicionar os partidos políticos segundo suas ideologias político-partidárias. A partir daí analisamos se esta classificação influencia ou não nos padrões de formação de alianças. Além dessa questão central algumas outras secundárias também foram analisadas: Qual é o nível de consistência ou inconsistência ideológica dessas coligações? Qual dos perfis de coligação obtém maior sucesso eleitoral?

Nossa principal hipótese se baseia na perspectiva de Downs (1999), na qual a dinâmica de alianças eleitorais busca maximização de ganhos, onde partidos políticos se

posicionam no espectro ideológico com a intenção de conseguir o maior número de votos e vantagens. Esta perspectiva também é adotada por parte da literatura que vê como objetivo principal dos partidos políticos formar coligações, ampliando as chances eleitorais de conseguir êxito no pleito. (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994; SOARES, 1964; GODOI e KRAUSE, 2010; LEONI, 2011; CARREIRÃO, 2006). Sendo assim nosso pressuposto central é que as coligações, em função dos partidos políticos, um importante instrumento para conseguir um maior número de votos e um meio eficaz de ter acesso a máquina estatal. Segundo essa lógica, eixo ideológico não seria o fator decisivo na escolha por parte dos partidos para a formação de coligações nas eleições para os cargos executivos estaduais.

A metodologia utilizada neste trabalho será uma análise quantitativa com o uso de estatística descritiva, análise de *clusters* e correlação de *Pearson*. Utilizamos um banco construído com levantamento de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes às eleições estaduais para governadores nos anos de 2006 e 2010.

Com base na análise dos dados procuraremos responder nossa questão de pesquisa, observando qual o perfil de candidatura (coligada/isolada) que obteve mais candidatos disputando e aquele que obteve maior sucesso eleitoral. Posteriormente, com o foco nas candidaturas coligadas, investigamos qual perfil de coligação que mais aconteceu nos anos de 2006 e 2010 no geral e por regiões da Federação. Além disso, qual deles obteve maior taxa de sucesso eleitoral, averiguando desta forma, se a classificação ideológica se mostra como uma variável explicativa para os partidos políticos no momento de formarem alianças para as disputas executivas estaduais.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: (1) no primeiro capítulo discutiremos sobre as coligações eleitorais na Ciência Política brasileira, observando os estudos produzidos no período democrático de 1954-62, e aqueles pós-redemocratização; (2) no segundo capítulo trataremos das questões metodológicas, apresentando nossa classificação ideológica das coligações em (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes), realizada através da análise de *clusters* e do desvio padrão de cada coligação; (3) no terceiro capítulo apresentaremos os resultados das análises sobre as candidaturas realizadas para as eleições ao cargo de governador nos anos de 2006 e 2010; (4) por fim, teceremos nossas considerações sobre as análises realizadas.

## **CAPÍTULO 1. REVISÃO TEÓRICA**

### **1.1 Democracia, partidos políticos e ideologia partidária**

Atualmente, algo que se instala em toda a arena política e vem a cada dia se expandindo para outras áreas é a ideia e utilização do termo democracia, sob as mais diferentes circunstâncias e para os mais diferentes fins. Entretanto, observando a democracia do ponto de vista estritamente político, vemos que o termo que significa “povo no poder”, ou em outras palavras, participação efetiva do povo na tomada das decisões políticas e controle sobre o governo. No entanto, essa visão mais simplificada vem tomando formas de aplicação diferentes. Isto porque dependendo do modelo de democracia aplicado, o povo pode ou não participar de forma mais efetiva. Em muitas circunstâncias de tomada de decisões públicas e do controle sobre o governo a questão da participação do cidadão pode ser mais ou menos reduzida. Isso se deve principalmente pelo fato de que o desenvolvimento da democracia no mundo moderno levou à criação e consolidação dos partidos políticos, que foram se transformando ao longo do tempo em instituições decisivas e primordiais para o funcionamento de modelos democráticos.

Por isso que ao se falar em democracia na atualidade, temos em mente a figura dos partidos políticos, que a grosso modo pode ser entendido como “agrupamentos de pessoas que almejam o poder.” (MOTTA, 1999, p. 9). Mas além de os partidos políticos serem grupos de pessoas que almejam a conquista de cargos políticos e espaço na máquina pública, “os partidos também são produtos tanto da motivação ideológica quanto de ambição pelo poder” (MOTTA, 1999, p.10).

Normalmente, os partidos são fundados sobre uma base ou proposta ideológica, que influencia em muitos casos a tomada de ação de seus correligionários, como por exemplo, no que diz respeito a lutar pela implantação de seus ideais ideológicos e da sua plataforma e modelo de governo. Podemos considerar que os partidos políticos desempenham vários papéis dentro do modelo democrático, sendo um deles servir de canal de expressão dos anseios da sociedade.

Essa relação que existe entre os partidos políticos e a democracia também teve como aspecto primordial a consolidação, em grande parte do mundo, do modelo de democracia

representativa, na qual os cidadãos, de forma geral, não participam diretamente da tomada de decisões do governo, diferente do modelo ateniense de democracia (democracia direta). Mas através do modelo representativo os cidadãos delegam esta função a seus “representantes”, sendo estes mesmos representantes, na sua maioria, indivíduos pertencentes a agremiações partidárias. No que diz respeito ao pertencimento dos candidatos a cargos políticos pertencerem a agremiações partidárias, chamamos atenção para o Brasil, o qual dentre as características de seu sistema político proíbe a participação de cidadãos concorrerem a cargos políticos sem que estes estejam filiados a um partido político. Desta forma, todos os indivíduos interessados em concorrer a um cargo nas eleições no Brasil tem como regra primária a obrigação de ser filiado de algum partido político. Logo, percebemos que o caráter representativo da democracia moderna contribuiu de forma primordial para o surgimento e a consolidação dos partidos políticos no Brasil e no mundo.

Como vimos acima, na história dos partidos políticos algo que fazia parte da identificação dos mesmos junto com a população em geral, era a sua base ideológica, ou seja, o perfil ideológico deste partido o qual remetia também às suas propostas de governos e forma de agir em relação a diferentes questões sociais, políticas e mesmo econômicas. Neste sentido, a literatura mais recente tem discutido, em âmbito nacional, em que medida as supostas diferenças ideológicas entre os partidos políticos se manifestam efetivamente em opiniões quanto a questões da sociedade e questões políticas (projetos de leis, coligações eleitorais, coalizões de governo, políticas públicas etc.) dos membros dos diversos partidos.

O tema das ideologias partidárias no Brasil é tratado sobre diferentes perspectivas de estudo. Entre elas a questão do posicionamento ideológico dos partidos, o qual é muitas vezes visto como inadequado, principalmente pelos meios de comunicação, que colocam os partidos brasileiros como indiferentes ideologicamente, ou sem possuir ideologias definidas. Muitas vezes a própria mídia aponta como indícios para suas considerações a ocorrência de coligações esdrúxulas do ponto de vista ideológico, que concentram partidos de extremos e as altas taxas de migrações de políticos entre os partidos.

Quando se fala em ideologia ficamos logo na difícil tarefa de explicitar o que significa o conceito, visto que, a ideologia é uma das palavras de mais difícil definição nas ciências sociais, vista a sua imensa gama de significados. A ideologia político-partidária é entendida aqui como um sistema de crenças, na qual norteia ações e define as decisões dos atores políticos envolvidos num jogo de disputas e escolhas. Entre várias definições da

palavra ideologia, uma em particular é destacada aqui, a de que está direcionada à vinculação de um indivíduo com alguma organização partidária.

A utilização dos rótulos ideológicos “direita” e “esquerda” durante boa parte dos séculos XIX e XX está atrelado e se mostrou bastante útil para explicar as disputas políticas e posições de diversos partidos (MIGUEL, 2010, p.31). Porém, a partir do final do século XX começou a aparecer dificuldades para a aplicação do conceito de ideologia às agremiações partidárias. Isto devido algumas transformações ocorridas mundo afora, como a queda do muro de Berlim e todos os significados atrelados a este ato. Além do fato, de que a vida social contemporânea é estruturada sob diversas clivagens, ficando a dicotomia esquerda-direita abordando apenas uma dimensão, e não um conjunto de clivagens.

Sendo assim, devido as dimensões da política contemporânea terem geradas dificuldades para a utilização e operacionalização dos rótulos ideológicos, sendo sua aplicação ainda mais complicada aos partidos brasileiros, devido a fatores presentes no sistema político brasileiro como alta fragmentação, grandes diferenças regionais, frágil enraizamento social, além da afirmação por parte da literatura que o sistema partidária é ideologicamente inconsistente. Estas peculiaridades do sistema político brasileiro tem dificultado as análises científicas que se baseiam em questões ideológicas.

Entretanto, a literatura continua se debruçando sobre as ideologias partidárias e muitos autores já buscaram estabelecer uma classificação ideológicas dos partidos brasileiros. Além disso, uma classificação mesmo sendo questionada torna-se necessária para se poder reduzir as legendas a um número manejável e a estabelecer rótulos mais estáveis possibilitando estudos e comparações. Por isso, se torna importante entendermos os rótulos de esquerda, extrema-esquerda, direita, extrema-direita entre outros, como sendo sintetizadores da reputação das organizações partidárias no interior do campo político.

Em função dessas considerações, vemos alguns dos limites da utilização das posições ideológicas para as análises políticas impossibilitando de buscar ou procurar precisão demasiada, ou afirmações gerais. Entretanto, isso não faz com que se perca a importância de observarmos as posições ideológicas e buscarmos uma classificação para os partidos políticos brasileiros no espectro ideológico.

## 1.2 Coligações eleitorais: aspectos legais

Dentro do sistema político brasileiro se encontra uma peculiaridade vista em alguns poucos países pelo mundo, que é a liberalização das “coligações” para as disputas de todos os cargos do quadro político, tanto nos pleitos majoritários como nos proporcionais. Essas coligações no modelo brasileiro são, em suma, a aliança de dois ou mais partidos para disputarem juntos “como um só partido” as eleições para determinado cargo eletivo. Todavia, a permissividade da formação de alianças não esteve presente durante toda a história brasileira, mas a história política do país apresenta a recorrência do emprego das coligações. Tal fato foi destacado por Miguel e Machado (2007, p.759) ao afirmarem ser “a ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais [...] uma das características marcantes na vida política brasileira”.

As coligações foram permitidas e utilizadas em grande medida pelos partidos políticos brasileiros, primeiramente na experiência democrática de 1950 a 1964, passando um período sem a sua permissão (a Ditadura Militar que perdurou de 1964 a 1986), voltando a ser assegurada a partir da redemocratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Mais especificamente, nas eleições de 1990, 1994 e 1998 foi permitida a utilização de coligações para as disputas eleitorais no Brasil. Porém, em 2002 o Tribunal Superior Eleitoral tomou uma decisão que afetou drasticamente a forma como as coligações se apresentavam no sistema político brasileiro. Buscando a interpretação de um trecho da lei 9504/97, o qual ficava facultado aos partidos celebrar coligações para as eleições majoritárias e proporcionais, desde que não fossem diferentes dentro de uma mesma circunscrição. Com a interpretação do trecho que trata da “mesma circunscrição”, o TSE emitiu uma resolução onde o termo “mesma circunscrição” deveria ser entendido como estender as coligações para todos os cargos em disputa.

Os partidos então deveriam seguir uma mesma simetria na formação de alianças, isto é, se os partidos A, B, C e D possuíssem uma aliança para as eleições presidenciais, ficavam impossibilitados de formarem alianças com os partidos E, F e G. por exemplo, quem era adversário na arena presidencial para as eleições proporcionais nos mais diferentes Estados brasileiros, só poderia se coligar nos Estados para as eleições majoritárias e proporcionais



com os aliados da coligação em nível nacional ou com partidos que não lançaram candidatos ao cargo de presidente.

Essa decisão gerou toda uma grande tensão entre os partidos políticos e o TSE. Para a tomada de sua decisão o TSE se utilizou de dois argumentos: (1) o primeiro foi referente a interpretação do termo “mesma circunscrição” do artigo 6º da lei 9.504/97 e (2) segundo foia a interpretação do texto constitucional que definia que os partidos políticos deveriam possuir um “caráter nacional”.

Esta decisão gerou um grande debate por parte de partidos políticos, representantes, imprensa, entre outros agentes. Os partidos tentaram então derrubar esta medida, mas não conseguiram e as eleições de 2002 foram as primeiras a funcionarem com a aplicação dessas regras. Em 2006 era mantida a vigência dos critérios, só sendo abolida esta normatização para as eleições de 2010, onde a interpretação do TSE foi dissolvida e os partidos políticos voltaram a realizar alianças com partidos que eram seus aliados na esfera da disputa presidencial, tanto com aqueles que se apresentavam como adversários nesta mesma esfera.

Desta forma, o período analisado por este trabalho engloba essas duas situações acima mencionadas. Em 2006 ainda estava em vigor a “verticalização” das coligações, já em 2010 a mesma já havia sido abolida. Atualmente a regulamentação esta baseada na lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997, a qual estabelece que:

*Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.*

Deste modo as coligações são permitidas no modelo democrático brasileiro e os partidos políticos tem se utilizado delas de forma recorrente com vistas a maximizarem chances de sucesso eleitoral.

### **1.3 As coligações na experiência democrática de 1945-1960**

Os estudos sobre as coligações eleitorais no Brasil não datam apenas do período democrático, com o advento da Constituinte de 1988 até os dias atuais, pois no período

democrático de 45-64 a preocupação em analisar as coligações e seus impactos sobre o sistema político já se fazia presente e alguns estudos também se detiveram em analisar o fenômeno das coligações partidárias.

Discutiremos a seguir quais foram os principais estudos sobre as coligações no período de 1950 a 1964 e apontaremos suas principais considerações e metodologias utilizadas. Podemos citar como pioneiro o trabalho de Soares (1964), que começou a desenvolver um esboço da primeira teoria explicativa sobre as coligações eleitorais. Sua análise foi baseada nos resultados eleitorais dos pleitos de 1950, 1954 e 1958 para os cargos de governador, senador e deputado (federal e estadual).

Basicamente, a proposta teórica elaborada por Soares se estabelece sobre duas diferentes premissas. A primeira é chamada pelo autor de “teoria da economia de esforços”. Nesta primeira premissa, supõe-se que os partidos políticos sendo conhecedores das regras institucionais para as eleições, tendem a buscar a maximização das suas chances de êxito no pleito eleitoral, sendo assim, as alianças eleitorais são vistas como mecanismos de maximização das chances eleitorais, além disto, os atores (partidos políticos) são vistos como atores racionais, cuja tomada de decisões é feita baseando-se em um cálculo de ganhos e perdas.

Baseados nessa primeira premissa também surgiram duas hipóteses principais: (1) a de que os partidos pequenos coligam-se mais que os grandes, pois para estes é mais difícil atingir o quociente eleitoral; e (2) que as alianças são mais frequentes nas eleições majoritárias do que nas proporcionais.

A segunda perspectiva teórica foi chamada de “teoria da resistência ideológica”. Nesta, a formação de alianças/coligações eleitorais teria como base a influência das ideologias, das bases sociais dos partidos políticos e dos condicionamentos socioeconômicos sobre o comportamento coligacional dos próprios partidos.

Em síntese, essa premissa afirma que existiria uma resistência por parte dos eleitores a alianças eleitorais esdrúxulas, isto é, alianças que envolvessem partidos de extremos no espectro ideológico, como por exemplo, alianças que envolvessem partidos de extrema esquerda e partidos de extrema direita. Pois, os cidadãos tenderiam a punir essas coligações, o que influenciaria os partidos a realizarem alianças com partidos mais próximos ideologicamente.

O próprio autor afirma que a primeira perspectiva teórica (“teoria da economia de esforços”) está mais sujeita a comprovação empírica, já a “teoria da resistência ideológica” é uma vertente mais direcionada a sociologia política, não podendo ser testada ou mesmo apresentar resultados conclusivos com base nos dados observacionais (SOARES, 1964, p.121).

Outro importante estudo foi o realizado por Oliveira (1973), no qual a autora amplia o número de eleições observadas por Soares (1964), incluindo a eleição de 1962, porém seu levantamento metodológico observa apenas as alianças realizadas para o cargo de deputado federal. Primeiramente, a autora tomando como pressuposto a teoria da resistência ideológica, busca investigar até que ponto a diferenciação estrutural dos estados brasileiros pode agir como um fator explicativo para o comportamento das coligações. Ela chega à conclusão de que “a estrutura socioeconômica estaria perdendo poder discriminatório enquanto variável independente” (OLIVEIRA, 1973, p.173). Sua explicação então se baseia na própria estrutura do sistema partidário.

Primeiramente, observando os partidos quanto à ideologia (esquerda, centro ou direita) e quanto à base social (urbano ou rural), a autora mostra que a taxa de alianças inconsistentes, tanto do ponto de vista ideológica (aliança entre esquerda e direita) quanto do ponto de vista espacial (aliança urbano/campo), teria sido sempre minoritária em relação ao total de coligações realizadas, indicando assim uma persistência das alianças consistentes espacialmente e ideologicamente. A segunda observação foi que um padrão bastante recorrente, na formação das alianças, foi a união entre um grande partido e um ou mais pequenos partidos.

Já Campello de Souza (1990), em seu estudo sobre o sistema partidário brasileiro reservou um capítulo para analisar as principais teses acerca da crise institucional e partidária do regime de 1946. Uma dessas teses foi exatamente a relativa ao aumento da proporção de parlamentares eleitos através de alianças ao longo do período.

Na sua investigação Campello de Souza compreende duas questões: “a primeira delas refere-se às tendências no tempo, do número e dos tipos de alianças interpartidárias para a Câmara Federal e para as Assembleias Estaduais” (CAMPELLO DE SOUZA, 1990. p. 157). A segunda questão diz respeito à racionalidade do comportamento aliancista dos partidos, a

qual estava voltada para assegurar ou ampliar a representação parlamentar dos partidos que se coligavam”. As suas conclusões foram que ela pode perceber

“índices de que o comportamento aliancista era nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, durante o período, e que não era errático, ao contrário, acompanhava, em alguns casos, afinidades ideológicas, noutros, estratégias de expansão partidária e, em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas” (CAMPELLO DE SOUZA, 1990, p. 160).

Baseada nessa premissa da racionalidade no padrão das alianças eleitorais, a autora formulou quatro regras para a formação de alianças. A primeira regra defende que partidos políticos que se mostram majoritários no cenário estadual, tendem a não se coligar, visto que acreditam no sucesso, concorrendo de forma isolada. A segunda regra, diferentemente da primeira, supõe que partidos em situação minoritária, buscam eleger ao menos um representante, sendo assim tem mais incentivos a participar de alianças. A terceira e a quarta regra estão relacionadas à questão das quantidades de cadeiras colocadas em disputa e o efeito do tamanho dos partidos: quanto menor o quociente eleitoral, menor o número de alianças, e quanto menor o partido, maior a sua disposição a participar de alianças.

Lima Júnior (1983) também contribuiu com uma pesquisa na qual se baseou na racionalidade política contextual. O autor utiliza uma base de dados referentes às eleições de 1950 a 1962, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para as assembleias legislativas subnacionais. De acordo com suas análises, existiriam dois princípios básicos que fundamentariam a formação de alianças:

- (1) Os partidos participam de alianças com o intuito de maximizar as suas chances eleitorais;
- 2) O partidos também formaria alianças para buscar derrotar seu principal adversário.

As principais constatações a que chegou foi que, primeiramente, as coligações tem uma efetiva maximização das chances, visto que 80% dos partidos que se coligaram obtiveram a primeira ou segunda posição no número de votos entre o período de 1950 a 1962, caindo este número para 55% na esfera estadual. Com isso ele pode averiguar que o poder dos partidos políticos em ganhar eleições concorrendo isoladamente era bem maior na esfera estadual do que na federal.

Tentando descobrir as possíveis razões que contribuíram para a paralisação do sistema partidário brasileiro antes da ruptura de 1964, Santos (1987) nota que uma das razões observadas foi a permissividade da prática das alianças nos pleitos proporcionais. Ele demonstra que em primeiro lugar não haveria uma correlação entre o grau de competitividade do sistema partidário e a frequência de alianças. Em segundo lugar, observa que a formação de alianças não estava fundamentada unicamente em fatores ideológicos, visto que o porcentual de alianças inconsistentes (que contavam com partidos pontos de extremos dentro do espectro ideológico) se mostraram quase sempre crescentes no período observado.

Sendo assim, a explicação para a crescente formulação de alianças estava baseada em características presentes no próprio sistema político, como as regras eleitorais, que favoreciam a formação de coalizões. Além do que, a formação de alianças era visto sempre de forma estratégica. No limite, os partidos só tinham o que ganhar com a formação de alianças. Santos afirma que

“o fascínio das alianças explica-se deste modo de forma bastante simples: todos os partidos ganhavam, embora uns mais do que os outros, além de praticamente assegurarem aos pequenos partidos uma representação que de outro modo seria extremamente duvidosa de ser obtida” (SANTOS, 1987, p.111).

Com isso, a tese defendida por Santos (1978) foi a da universalização dos ganhos produzidos pelas alianças. Todos os partidos políticos em algum momento teria sido beneficiados, em algum momento, dentro do período de 1950 a 1962, através da utilização das alianças eleitorais. Em especial, os grandes partidos nacionais, que teriam sido os mais beneficiados neste processo, porém, o processo também estaria gerando um problema relacionado à questão da representação, isto porque, cada vez mais os representantes eram eleitos através da coligações e não de forma autônoma, o que supostamente incorreria na descaracterização da representação, aumentando a probabilidade de um indivíduo dar um voto conservador, mas este voto acabar elegendo um representante progressista ou vice-versa (SANTOS).

Segundo Lavareda (1991), a formação das alianças por um viés ainda não mencionado nos trabalhos anteriores, estabelece a lógica da importância das alianças para os partidos pequenos, pois, os mesmos poderiam aumentar consideravelmente suas chances de

conseguir eleger representantes nos pleitos proporcionais. Porém, para os grandes partidos políticos esta lógica não seria a mesma, porque eles poderiam eleger mais candidatos se disputasse as eleições de forma isolada. Desta forma o autor, busca responder a seguinte questão de pesquisa: porque os grandes partidos fariam alianças, assim mesmo? Na sua visão,

“os grandes partidos aceitavam, tal como nos dias atuais, as coligações proporcionais por motivos rigorosamente estranhos aos pleitos proporcionais. As coligações nesses pleitos funcionavam como instrumentos de barganha para amealhar apoio de pequenas legendas nas eleições de soma zero - os pleitos majoritários de turno único para executivos estaduais” (LAVAREDA, 1991, p.115-116).

Ou seja, para os grandes partidos políticos, assim como para os pequenos, as coligações traziam a maximização de ganho nas eleições, e no mais, tudo fazia parte de um jogo estratégico e racional entre diversos atores.

Baseando-se nesta premissa observada por Lavareda (1991), Souza (1996) testa o poder de influência que teria as eleições de governador para as eleições proporcionais estaduais, tomando como questão principal a ideia de que nos Estados, onde ocorriam eleições simultâneas para os cargos majoritários e proporcionais, as alianças eleitorais seriam mais bem sucedidas.

Após testar sua hipótese, observando as eleições legislativas federais e estaduais entre 1954 a 1962, comparando os Estados que possuem eleições simultâneas para o cargo executivo e para os cargos legislativos, e aqueles que não tinham, pode-se observar que “há uma vinculação muito grande entre o número de alianças e as eleições majoritárias, e essa relação independe do nível de urbanização e industrialização” (SOUZA, 1996, p.50).

#### **1.4 A literatura sobre coligações eleitorais no Brasil contemporâneo**

No atual período democrático o debate em torno das coligações é reascendido. E a partir dos anos de 1990 o debate sobre a fragmentação do sistema partidário brasileiro e sobre as distorções de representação chama a atenção da Ciência Política e faz com que diversos cientistas políticos voltem a observar e analisar as coligações. Estudos como os de Tavares (1992), Fleischer (1995), Nicolau (1996), Dalmoro e Fleischer (2005), Braga (2006)

entre outros vão procurar observar o impacto que as coligações podem trazer sobre a representação política e se estas estariam ou não contribuindo para a maior fragmentação do sistema partidário brasileiro.

Outra perspectiva adotada nos estudos sobre coligações diz respeito às identidades ideológicas. O foco destes trabalhos está associado ao tradicional problema da fragilidade identitária/ideológica dos partidos brasileiros. Vários estudos clássicos sobre o período 1954-62 trataram deste assunto, como os estudos de Oliveira (1973), Soares (1974, 2001), Souza (1976; 2006) e Santos (1987) são alguns exemplos de trabalhos que visaram observar através das coligações até que ponto os partidos brasileiros possuem uma identidade ideológica e colocam essa identidade como uma variável importante na hora de se coligarem com outros partidos para as eleições. Os resultados encontrados por essa série de estudos não são homogêneos, mas em sua maioria mostram a fragilidade da variável ideologia para que se possam explicar as estratégias adotadas pelos partidos para se coligarem, além do que muitas vezes os resultados se mostram até contraditórios. Um dos motivos destas diferenças entre os resultados obtidos pelos trabalhos diz respeito à questão metodológica, visto que parte dos estudos se utilizaram de mecanismos metodológicos diferentes, e, além disto, também reflete uma das dificuldades encontradas, inclusive, no período atual no que diz respeito aos estudos sobre coligações. Os autores não chegaram a um consenso na utilização dos mecanismos metodológicos ou, por vezes, os bancos de dados e técnicas utilizadas não são transparentes e claras o suficiente para que esses achados possam ser replicados por diferentes pesquisadores.

Vários autores se debruçaram sobre o tema coligações e identidades ideológicas, fazendo surgir diversos estudos. Entre esses mais atuais estão os de Figueiredo (1994), Novaes (1994), Nicolau (1994), Schmitt (1999; 2005), Machado (2005), Souza (2006), Dantas (2007), Machado (2007), Miguel e Machado (2007; 2008), Krause e Schmitt (2005), Carreirão (2006), Krause, Dantas e Miguel (2010) e Leoni (2011).

O trabalho de Schmitt (1999), ao abordar o sistema partidário brasileiro também traz uma análise sobre as coligações. Ele elabora uma classificação das coligações quanto à questão ideológica, utilizando o termo consistência ideológica. Com base na sua definição teríamos três graus associados ao termo consistência, assim as coligações poderiam ser consistentes, meio consistentes e inconsistentes. Isto é, (1) consistentes: coligações entre partidos de um mesmo bloco ideológico (por exemplo, só entre partidos de esquerda, ou de

direita, ou apenas contendo partidos do centro); (2) meio consistentes: seriam coligações contendo partidos de um dos extremos com partidos de centro (por exemplo, um partido de esquerda com um do centro, ou um partido de direita com outro de centro); e (3) inconsistentes: seriam aquelas coligações que envolvessem partidos assentados nos extremos do espectro ideológico (por exemplo, uma coligação envolvendo partidos de esquerda com partidos de direita).

Esta terminologia utilizada por Schmitt foi por algum tempo preponderante nos trabalhos sobre coligações. Porém a mesma possui algumas limitações, que posteriormente foram discutidas por diversos. Em seus resultados Schmitt (1999) mostra que, dentre o período de 1986 a 1994, na Câmara dos Deputados houve um domínio do tipo de coligação consistente, que representou 66% do total de coligações, ficando as inconsistentes com cerca de 16% e as meio consistentes representando 18%.

Machado (2012) também traz um estudo muito importante sobre as coligações eleitorais no Brasil, ela parte da indagação “o que leva os partidos políticos brasileiros a formar estes cartéis eleitorais?” (MACHADO, 2012, p.1). Com isso o objetivo dela é desvendar quais são os principais incentivos que os partidos políticos têm para participar das eleições concorrendo por coligações e, além disso, também investiga o efeito das coligações sobre a representação no Congresso.

A autora parte da abordagem teórica da escolha racional, na qual os atores políticos são vistos como atores que agem de forma intencional e racional para perseguir seus objetivos. Ela analisa as cinco primeiras eleições pós-88 para a Câmara dos Deputados (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). Para realizar a análise dos dados referentes à homogeneidade/heterogeneidade ideológica das coligações ela utiliza o desvios-padrão (dispersão em torno da média). Os principais resultados a que chegou foi que, primeiramente, as coligações eleitorais atualmente são parte fundamental no jogo político brasileiro e que seus efeitos são significativos, visto que, quase sempre conseguem cadeiras no legislativo. Além disso, as coligações hoje tornaram-se a regra e não exceção dentro do jogo político. Em relação a suas hipóteses, a primeira foi corroborada, pois “principalmente em magnitudes distritais menores, dado o número mínimo de oito cadeiras no Brasil, é mais difícil atingir o quociente eleitoral. Por isso, os partidos menores não tem outra escolha a não ser participar de coligações para ver seus votos contarem na eleição de deputados federais” (MACHADO, 2012, p.126).



No teste da sua segunda hipótese, a de que o movimento da esquerda/partidos mais “intensos” para a direita/ partidos menos “intensos” na escala ideológica aumentaria a probabilidade de coligações, não correspondeu com o resultado da análise dos dados de 1994 e 2006.

Outros fatores identificados pela autora que teriam grande importância para a formação das coligações foram o “tamanho do partido”, e o fato deles “lançarem ou não candidatos para o cargo de governador”. Ela pode observar que “em suma, os partidos maiores tendem a entrar em coligações na disputa proporcional com mais frequência quando têm candidatos na corrida simultânea majoritária e proporcional, no Estado” (MACHADO, 2012, p.127).

Leoni (2011) analisa a questão das coligações e ideologia nas eleições, só que sobre um ponto de vista pouco estudado, pois sua análise é sobre as eleições para vereador no Brasil. Ele parte da hipótese mais aceita pela literatura atual, a de que os partidos participam de coligações para buscar a maximização de chances eleitorais. No entanto, o autor também parte do pressuposto de que ao mesmo tempo em que buscam maximizar suas chances de vitórias eleitorais, os partidos também buscam minimizar a variação ideológica entre os membros da coligação.

Para classificar os partidos dentro do espectro ideológico ele toma como base a classificação elaborada por Power e Zucco Jr. (2009), na qual os autores com base em uma pesquisa de *survey*, trazem estimativas de pontuação para os partidos dentro de uma escala que varia de 1 a 10. Os resultados a qual sua pesquisa chegou foi que existiria um importante fator ideológico nas decisões coligacionais, sendo também as coligações mais frequentes entre partidos mais próximos ideologicamente.

Além da importância observada do fator ideológico, também pode-se notar a importância das regras institucionais, ou seja, o desenho do sistema político brasileiro, tomando como aspecto especial a questão do quociente eleitoral, onde em municípios com o quociente eleitoral maior, ou seja, mais difícil de se conseguir atingir o número de votos mínimos para se ter direito a uma cadeira legislativa, existiria incentivos maiores a formação de coligações. Por fim, o autor afirma que apesar de menor, o fator ideologia ainda possui importância para a formação de coligações. (LEONI, 2011, p.128)

Figueiredo (1994) elabora a “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual os partidos se coligam visando redução da probabilidade de derrota, e corrobora as teorias elaboradas por Soares (1964) sobre a economia de esforços e a teoria da resistência ideológica.

Já Dalmoro e Fleischer (2005) analisam as coligações buscando investigar a questão relacionada ao “problema da proporcionalidade”, para isso os autores simulam uma distribuição das cadeiras para o legislativo primeiramente sem a presença das coligações, depois testam com as coligações e isso tudo com diferentes fórmulas para a divisão dos votos. Utilizando a fórmula “Saint-Langue pura de divisores” eles chegam a conclusão de que esta é a que proporciona a maior proporcionalidade. Porém, em seus dados fica constatado que a exclusão das coligações causaria uma menor representatividade, visto que, os partidos pequenos ainda seriam obrigados a alcançar o quociente eleitoral e muitos não alcançariam. Sendo assim, seria necessário além da exclusão das coligações, “a exclusão do quociente eleitoral como barreira de acesso dos partidos à distribuição de sobras” (DALMORO e FLEISCHER, 2005, p. 108).

Outro tema crescente na literatura diz respeito a nacionalização dos partidos. Krause (2005) aborda as coligações para presidente e governador entre 1994 a 2002, observando a construção de perfis nacionais e estaduais. Entre as suas considerações ela mostra que partidos que se aliam em uma coligação para a disputa do executivo nacional, podem se apresentar como adversários na arena estadual. Em outras palavras, os partidos seguem estratégias diferentes quanto à realização de suas coligações nas arenas nacional e subnacional, ou seja, seguindo diferentes estratégias, isto comprova a discussão já posta por parte da literatura que os partidos no Brasil possuem diferentes lógicas de atuação, dependendo da arena em disputa (nacional ou subnacional) e de acordo ainda no caso da arena subnacional de qual estado se esteja observando.

Observando as eleições no nível subnacional, Carreirão (2005) estudando o Estado de Santa Catarina observa qual o perfil de coligação que predominou nas eleições de 1994 a 2002, definindo que existe uma tendência à constituição de coligações inconsistentes. O autor tomou como definição metodológica a proposta por Schmitt (1999), seguindo a definição de três tipos de coligações: consistentes, semiconsistentes e inconsistentes. Além disso, em sua hipótese o autor testou a teoria da “resistência ideológica”, que pressupõe que os eleitores punem coligações esdrúxulas do ponto de vista ideológico. O autor conclui que

as coligações inconsistentes não recebem esse tipo de punição por parte do eleitorado, inclusive, alcançando índices positivos quanto à taxa de sucesso nas eleições e reeleições.

Dentro da perspectiva da arena federal, Favetti (2004) busca investigar as coligações para presidente em 1996, 1998 e 2002 e observa que as coligações são importantes para o modelo democrático, pois estimulam a pluralidade democrática. Considerando que os partidos políticos são orientados em maior medida pelo ganho de posições políticas do que à defesa de perspectivas ideológicas. Desta forma, a avaliação de coligações deve se limitar à observação de se elas estão conseguindo atingir seus objetivos, que são, por exemplo, conseguir superar os seus maiores e principais adversários em determinada disputa distrital.

## CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

Para buscar responder nossa questão de pesquisa que é saber se o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros influencia na formação de coligações, partimos da análise de um banco de dados construído a partir dos dados disponibilizados pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente às eleições para governadores nos anos de 2006 e 2010. Para o nosso campo amostral decidimos abranger todos os estados brasileiros em nossa análise, com o intuito de termos uma melhor compreensão sobre a questão das coligações eleitorais no Brasil durante o período de tempo analisado.

A metodologia utilizada neste trabalho será uma análise quantitativa com o uso de estatística descritiva, análise de *clusters* (*clusters analysis*) e correlação de Pearson para tratar os resultados eleitorais referentes aos anos de 2006 e 2010. O primeiro passo metodológico foi a construção da classificação ideológica dos partidos brasileiros. Referente a isto, sabemos que é uma árdua tarefa classificar os partidos brasileiros segundo seus posicionamentos ideológicos, entretanto vários estudos na Ciência Política vêm buscando estabelecer uma classificação (POWER e ZUCCO Jr., 2009; ZUCCO Jr., 2009; TELLES e STORNI, 2009; MADEIRA e TAROUÇO, 2009; TAROUÇO, 2008; VEIGA, 2007; CARREIRÃO, 2002, 2007). A maioria dos estudos, tanto dos que tratam sobre as coligações eleitorais tanto de outros aspectos vem se utilizando de uma classificação da ideologia baseada em três pontos (esquerda, centro e direita). Não obstante, muitas críticas são direcionadas a estas definições devido, principalmente, ao seu modesto potencial explicativo, as quais englobam no mesmo bloco ideológico partidos com claras diferenças ideológicas como, por exemplo, PT e PCO, sendo considerados ambos partidos de esquerda.

Alguns outros estudos buscam realizar essa classificação baseando-se nos programas partidários ou programas de governo (MADEIRA e TAROUÇO, 2009; TAROUÇO, 2007, 2008). No entanto, essa tentativa metodológica provou não surtir efeitos significativos no Brasil, uma vez que todos os partidos políticos, cujas análises dos estatutos analisados foram realizadas, se posicionaram à esquerda do espectro ideológico. Essa metodologia de classificação via análise de manifestos e estatutos de partidos tornou-se inviável para o sistema político brasileiro.

Há também os trabalhos de Power e Zucco Jr. (2009) e Zucco (2009), nos quais os autores buscaram, através do autopoicionamento dos parlamentares entrevistados, o

posicionamento dos partidos políticos e de seus pares, criando estimativas espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros no período pós-Constituinte. A classificação proposta pelos autores foi baseada na “Pesquisa Legislativa Brasileira” (PLB), um projeto de *survey*, iniciado por Timothy Power em 1990, e que foi aplicado aos membros do Congresso Nacional em cada uma das seis Legislaturas do atual regime democrático brasileiro. As respostas dos parlamentares categorizam os partidos numa escala ideológica que varia de 1 a 10 pontos.

Porém, percebemos que não há um consenso por parte de toda a literatura quanto ao método e classificação dos partidos no espectro ideológico. Sendo assim, analisamos as várias classificações feitas pela literatura como mostra a tabela abaixo e estabelecemos uma classificação baseada na literatura e no estudo de Power e Zucco Jr. (2009), o qual consideramos como mais apropriado.

Classificamos então os partidos políticos numa escala ideológica de sete pontos, onde o ponto 1 representa a *extrema-esquerda* (EE), 2 a esquerda (E), 3 *centro-esquerda*, 4 *centro* (C), 5 *centro-direita* (CD), 6 *direita* (D) e 7 *extrema-direita* (ED) como representado na tabela abaixo.

**Tabela 1- Classificação ideológica em sete pontos**

<b>EE</b>	<b>E</b>	<b>CE</b>	<b>C</b>	<b>CD</b>	<b>D</b>	<b>ED</b>
PCB	PCdoB	PDT	PMDB	PTB	PL	DEM
PSTU	PT	PPS	PSDB	PSD	PTC	PRTB
PSOL	PSB	PMN			PRP	PP
PCO	PV				PTN	PSDC
PHS					PR	PSL
					PRB	PTdoB
						PSC

Fonte: Power e Zucco Jr. (2009)

Devemos atentar para classificação do PDS. Pois o localizamos na escala ideológica a partir da origem partidária dos deputados federais que o fundaram, ou seja, calculamos a média ponderada a partir da soma dos pontos que representavam os parlamentares em seus partidos originais.

Quadro 1- Classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil segundo alguns autores

Autor(es)	Extrema-Esquerda	Esquerda	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita	Direita	Extrema-Direita
Lamounier (1989)		PT, PSB, PCB e PCdoB	PDT	PMDB e PSDB		PFL*, PDS*, PDC* e PL**	
Kinzo (1993)		PT	PDT e PSDB	PMDB e PTB	PL, PDC*, PFL*** e PDS*		
LIMA Jr. (1993)		PT, PCB, PDT e PSDB				PMDB, PDS*, PTB e PFL***	
Novaes (1994)		PT	PDT e PSDB		PMDB	PFL***	
Figueiredo e Limongi (1999)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPR*, PFL*** e PTB	
Schmitt (2000)		PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PFL***, PPB*, PL**, PRN*, PP, PDC*, PSC, PDS*, PMN, PRS, PST, PTR*, PRONA**, PSL, PRP e PMB*	
Mainwaring (2001)		PT, PCdoB, PCB, PSB, PPS	PDT e PSDB	PMDB	PTB, PDC e PP	PL**, PRN*, PFL***, PDS*, PPR*, PPB* e PRONA**	
Rodrigues (2002)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPB* e PFL***	
Ames (2003)		PT, PPS e PSB	PDT e PSDB	PMDB	PTB	PFL*** e PPB*	
Melo (2004)		PT, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PDC*, PL**, PST*, PSC, PTR*, PMN, PDS*, PRP, PRS*, PPB*, PFL***, PL**, PTB, PP	
Miguel e Machado (2007)	PSTU, PCO e PCB	PT, PCdoB, PSB, PHS e PV	PDT e PPS	PMDB e PSDB		PFL***, PL**, PPB*, PTB, PRN*, Prona**, PRTB, PSC, PSDC, PTdoB e PTN	
Paranhos (2009)		PT, PCdoB, PSB, PV e PDT		PMDB e PSDB	PTB	PL**, PTdoB e PPB*	PSL, PSDC, DEM, PP e PSC
Power e Zucco Jr. (2009)	PSTU e PSOL	PT, PCB, PCdoB, e PSB	PDT e PPS	PMDB e PSDB	PTB	PR	PDS, PP, PSC e DEM

Fonte: Silva *et al.*, 2013.

\*Não existe mais.

\*\*Fusão PL e PRONA, em 26 de outubro de 2006, para criação do PR (Partido da República).

\*\*\* Em 28 de setembro de 2007 o PFL (Partido da Frente Liberal) deixou de existir par ser substituído pelo DEM (Democratas).

Após a classificação dos partidos na escala ideológica e da construção do banco de dados da legislatura de 2006 e 2010. Levantamos a média ideológica de cada coligação, e o desvio-padrão de cada coligação com base na fórmula:

$$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (x_i - \bar{x})^2}{(n - 1)}}$$

A utilização dos desvio padrão, que é uma medida de dispersão estatística, mostra o quanto de variação ou dispersão existe em relação à média, foi utilizada para analisar todas as coligações efetuadas no período investigado.

Levando em conta que todos os partidos políticos foram classificados segundo posições ideológicas que variam entre 1 e 7, pudemos analisar qual o desvio padrão de cada coligação, pois quanto menor o desvio, mais ele nos indica que os dados estão mais próximos da média e, sendo assim, mais ideologicamente homogêneos. Diferentemente, quanto mais alto o valor do desvio mais, ele nos indica que os dados estão espalhados e, sendo assim mais ideologicamente heterogêneos.

Com isto classificamos as coligações em 3 tipos, segundo a semelhança ideológica: (1) *Consistentes*: seriam coligações mais semelhantes ideologicamente; (2) *Semiconsistentes*: coligações com nível intermediário de consistência; (3) *Inconsistentes*: baixo nível de semelhança ideológica. Os termos (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes), foram escolhidos pela sua recorrente utilização por pesquisadores que trataram sobre os fenômenos das coligações. Entretanto, procuramos dar um apoio metodológico mais apropriado e sofisticado para esta análise.

Para realizar a classificação das coligações nesses três extratos utilizamos a técnica estatística de classificação de análise de cluster (*clusters analysis*) para realizar o agrupamento das coligações, baseando-se na proximidade de seus desvios padrões. Criamos assim três grupos diferentes de coligações (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes). Vale ressaltar aqui, que a análise de *clusters* foi realizada por eleição, gerando assim grupos com médias diferentes para as eleições de 2006 e 2010.

Baseando-se nesta metodologia buscamos responder a seguinte questão: *O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações?* Além dessa pergunta central, outras também foram investigadas como:

*qual o perfil ideológico dessas coligações que mais se apresenta? Coligar-se traz mais chances de vitória eleitoral? Qual dos tipos de coligações mais conseguem eleger?*

Nossa principal hipótese central se baseia na perspectiva de Downs (1999), quanto maior alianças políticas, maior a maximização de ganhos. Os partidos políticos se posicionam com a intenção de conseguir o maior número de votos e vantagens. Esta perspectiva também é adotada pela maior parte da literatura nacional que vê como objetivo principal das coligações a ampliação das chances eleitorais de conseguir êxito no pleito (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994).

Sendo assim nosso pressuposto é que as coligações são importantes instrumentos para conseguir um maior número de voto e um meio eficaz de ter acesso a máquina estatal. E que o eixo ideológico (extrema-esquerda, extrema-direita) não seria o principal fator decisivo na escolha dos partidos para a formação de coligações, considerando as arenas subnacionais.



## CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS: COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA ARENA SUBNACIONAL 2006/2010

### 3.1 Padrões gerais e por regiões das candidaturas

Nesta primeira parte da análise dos resultados vamos observar quais os padrões gerais das candidaturas. Analisamos os resultados estatísticos referentes as candidaturas lançadas para as disputas para governador em todos os estados da federação nos pleitos de 2006 e 2010.

Dentre as duas disputas analisadas, tivemos um universo de 342 casos, onde destes, 54,1% das candidaturas se deram através da utilização de coligações e 45,9% de candidaturas isoladas. Neste primeiro ponto podemos notar claramente que a estratégia de lançar candidaturas coligadas para a eleição de governador tem se mostrado predominante nestes anos observados, por causa do maior percentual percebido, mesmo não podendo desconsiderar que as candidaturas isoladas apareceram com um bom índice de lançamentos. A tabela abaixo ilustra essa descrição.

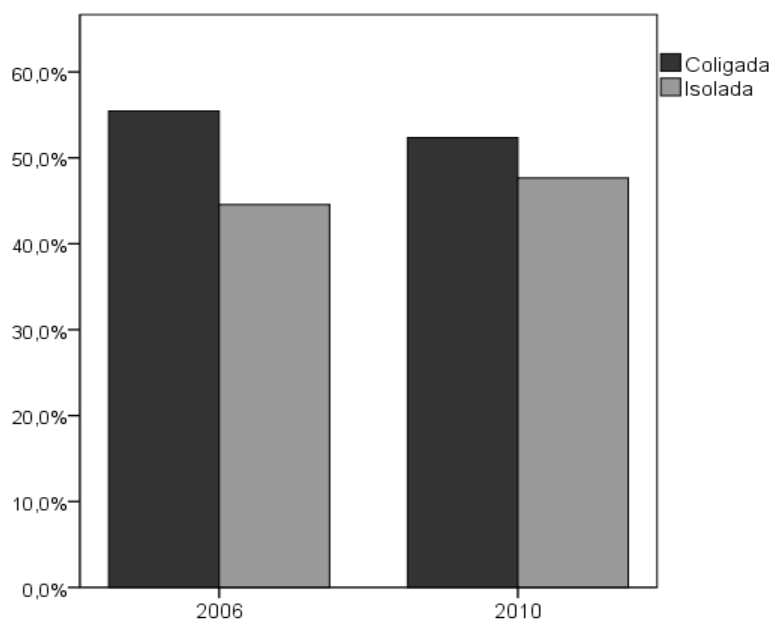
**Tabela 2. Tipos de candidatura (2006-2010)**

Total e tipos de candidaturas		Frequência	Porcentual
Válido	Coligada	185	54,10
	Isolada	157	45,90
TOTAL		342	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TSE

Além disto, podemos desagregar como aconteceu o lançamento de candidaturas por ano específico, tanto em 2006 como em 2010, vemos que a mesma lógica percebida com os dados agrupados encontra-se aqui, pois as candidaturas coligadas mostram-se em maior quantidade. Porém, as candidaturas isoladas ainda se apresentam de forma significativa, o que nos leva a analisar qual desses dois tipos de candidatura consegue se mostrar mais vitoriosa nas eleições. O gráfico abaixo sumariza esses resultados.

Gráfico 1 – Tipo de candidaturas (2006-2010)

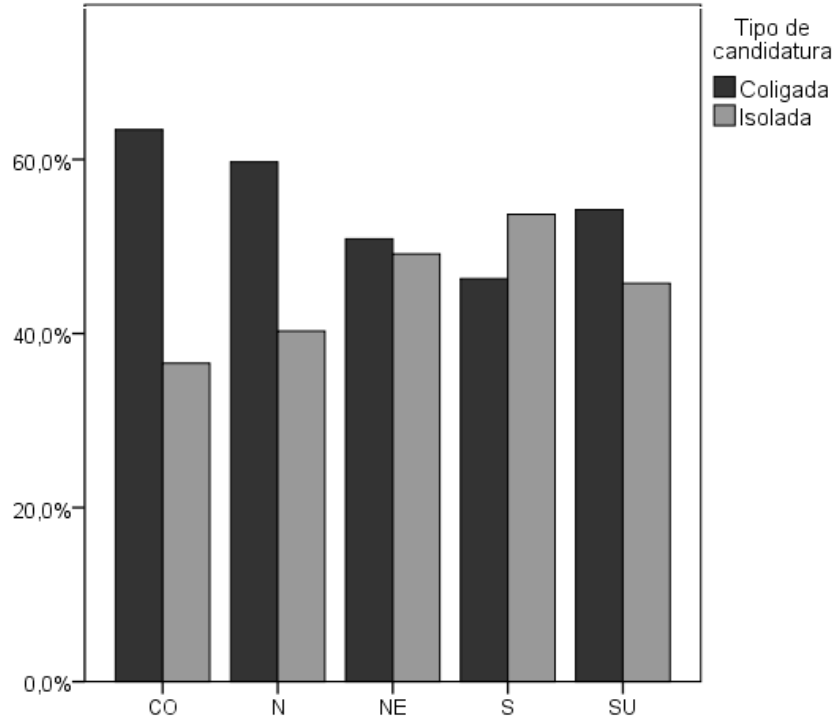


Fonte: Elaboração do autor (2014).

Depois de apresentada a estatística por ano eleitoral, faremos a análise por Região do país. Com os dados agrupados, podemos perceber algumas peculiaridades, pois em relação a análise geral podemos identificar rapidamente que nas regiões Centro-oeste e Norte o lançamento de candidaturas coligadas atinge 63,4% e 59,7%, ou seja, maioria facilmente identificada. Do outro lado, no Nordeste vemos uma disputa bem mais acirrada, onde as candidaturas isoladas atingiram 49,1% e as coligadas 50,9%. No mais, quando analisamos a região Sul vemos uma diferença em relação ao padrão identificado nas outras regiões, com candidaturas isoladas apresentaram-se como maioria atingindo 53,7%, enquanto as coligadas 46,3%. No Sudeste as isoladas corresponderam a 45,8% e as coligadas a 54,2%. Sendo assim, a regra que se mostrou em quase todas as regiões e quando analisamos os dados agrupados foi que as candidaturas coligadas se mostram sem dúvidas como a maioria dos casos, aparecendo como desvio para esse padrão a região Sul, que apresentou mais candidaturas isoladas disputando as eleições para governador nos anos de 2006 e 2010.

Com isso logo nos surge o interesse de investigar quais dos dois tipos de candidatura mais se mostram vitoriosas nas disputas eleitorais. A seguir analisamos a taxa de sucesso das candidaturas coligadas e isoladas.

**Gráfico 2 – Tipo de candidatura por Regiões da Federação**

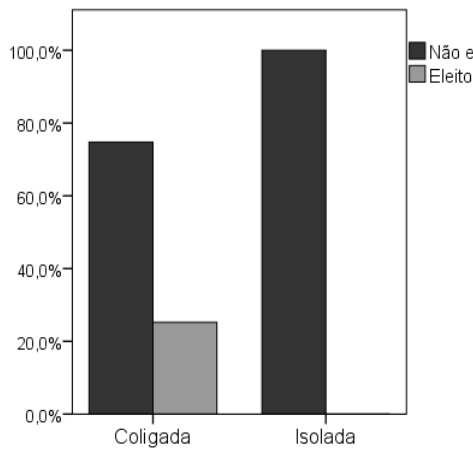


Fonte: Elaboração do autor (2014).

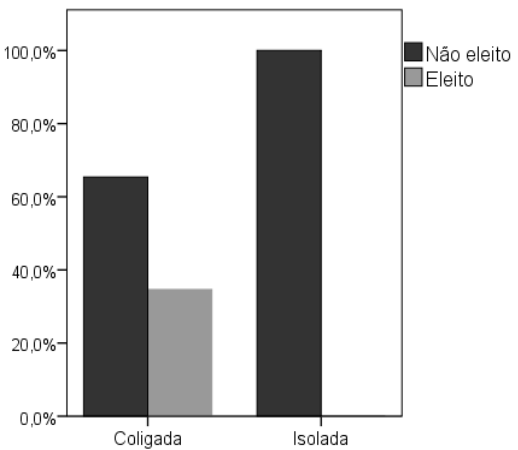
### 3.2 Taxa de sucesso dos tipos de candidaturas

Agora observaremos a taxa de sucesso dos dois tipos de candidaturas.

**Gráfico 3 - Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 2006**



**Gráfico 4 - Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 2010**



Fonte: Elaboração do autor

Referente à taxa de sucesso das candidaturas, os dados analisados mostram que nenhuma candidatura isolada conseguiu obter êxito nas eleições, tanto em 2006 como em 2010. O que nos remete à ideia de que não é um “bom negócio” entrar nas disputas para governador concorrendo de forma isolada, visto todo o histórico negativo referentes ao sucesso eleitoral das mesmas. Já as candidaturas coligadas são as únicas que conseguiram se consagrar vitoriosas nos dois pleitos analisados. Em 2006, 25,2% delas conseguiram se consagrar vitoriosas, já em 2010 a porcentagem de candidaturas coligadas que conseguiram vencer as eleições foi de 34,6%.

Ou seja, a prática de lançar candidaturas de forma isolada ainda se apresenta em números razoáveis, principalmente, vale chamar atenção, por partidos menores, e situados mais nos extremos do espectro ideológico, porém o índice de vitórias desses tipos de candidaturas entre todos os Estados e período analisados é de 0%.

### **3.3 Perfis e tendências gerais das coligações**

Nesta seção pretendemos responder a duas questões: a primeira diz respeito a questão da formação das coligações. Ou seja, nas eleições majoritárias para governadores, a questão ideológica foi um fator preponderante para a formação das coligações, observando para isto como se configurou as alianças no que diz respeito à proximidade ideológica? A segunda questão procura analisar qual dos perfis de coligações obtém maior sucesso eleitoral.

Quanto ao perfil ideológico das coligações, utilizamos a nomenclatura: (1) consistentes, (2) semiconsistentes e (3) inconsistentes.

Para realizar o agrupamento das coligações em cada um destes três grupos mencionados acima utilizamos a técnica estatística de análise de *clusters*. Com essa técnica foi realizada formação de três *clusters* (grupos), gerados a partir da semelhança dos desvios padrões de cada coligação. Sendo assim, no “*cluster 1*” temos as coligações mais “consistentes” ideologicamente, aquelas cujos desvios padrões chegaram mais próximos a zero (0,0), o que implica uma maior consistência entre os partidos presentes na coligação. No “*cluster 2*” temos um grupo intermediário, o qual chamamos de “semiconsistentes”, neste grupo, tem-se aquelas coligações que se encontram numa parcela intermediária quanto a seus desvios padrões, ou seja, nem se encontram no extremo da consistência, nem no outro extremo, mais próximo da inconsistência total. No “*cluster 3*” temos as coligações cujos

desvios padrões se mostraram mais altos, o que significa que os partidos presentes em seu interior são bem distintos ideologicamente.

Vale ressaltar que a formação dos *clusters* foi baseada em cada ano eleitoral analisado (2006 e 2010), sendo assim os próprios *clusters* tem valores e tamanhos diferentes em cada ano da nossa análise. Abaixo, nas tabelas 3 e 4 podemos observar como ficou a formação de cada um dos *clusters*..

**Tabela 3. Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters 2006**

Coligação	N	Estatística	
Consistente	37	Média	0,29
		Desvio padrão	0,29
		Coefficiente de variação	100,44
		Mínimo	0,00
		Máximo	0,93
Semiconsistente	64	Média	1,64
		Desvio padrão	0,27
		Coefficiente de variação	16,57
		Mínimo	1,02
		Máximo	2,06
Inconsistente	6	Média	2,28
		Desvio padrão	0,18
		Coefficiente de variação	8,00
		Mínimo	2,10
		Máximo	2,50
TOTAL	107,00		

**Tabela 4. Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters 2010**

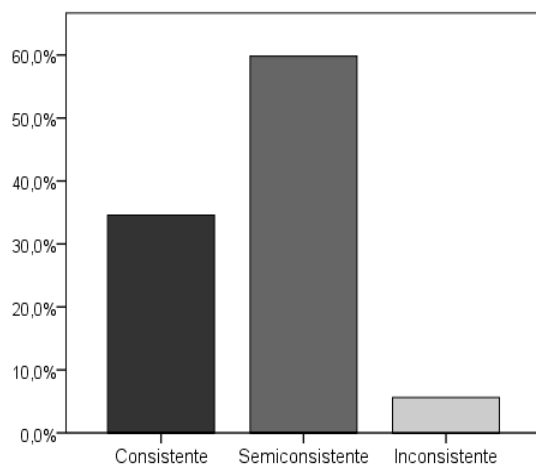
Coligação	N	Estatística	
Consistente	6	Média	0,00
		Desvio padrão	0,00
		Coefficiente de variação	0,00
		Mínimo	0,00
		Máximo	0,00
Semiconsistente	12	Média	0,86
		Desvio padrão	0,30
		Coefficiente de variação	34,42
		Mínimo	0,47
		Máximo	1,25
Inconsistente	60	Média	1,81
		Desvio padrão	0,27
		Coefficiente de variação	14,81
		Mínimo	1,32
		Máximo	2,50
TOTAL	78,00		

Fonte: Elaboração do autor

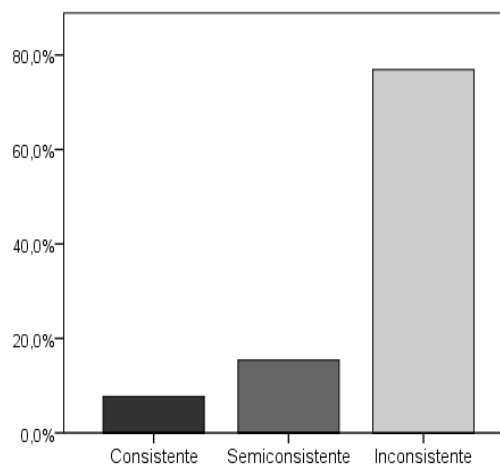
Nas tabelas acima podemos notar a quantidade do valor mínimo e máximo dos desvios padrões para a formação de cada cluster, além da quantidade de coligações que se encontram em cada um dos grupos.

Partindo para a nossa análise acerca do perfil ideológico das coligações para as disputas nas eleições de governador, apresentamos nos gráficos 5 e 6, qual dos grupos de coligações mais lançaram candidatos.

**Gráfico 5 – Perfil das coligações eleitorais 2006**



**Gráfico 6 – Perfil das coligações eleitorais 2010**



Fonte: Elaboração do autor (2014).

Em relação ao perfil das candidaturas coligadas, foi verificado que em 2006, o total de candidaturas *consistentes* foi de 34% o que nos mostra uma grande quantidade de alianças mais *consistentes* ideologicamente. Já as *semiconsistentes* corresponderam a 60% dos casos, sendo a maioria das coligações lançadas se encontrando neste grupo intermediário. As *inconsistentes* só representaram cerca de 6% de todas as candidaturas lançadas para governador no Brasil no ano de 2006.

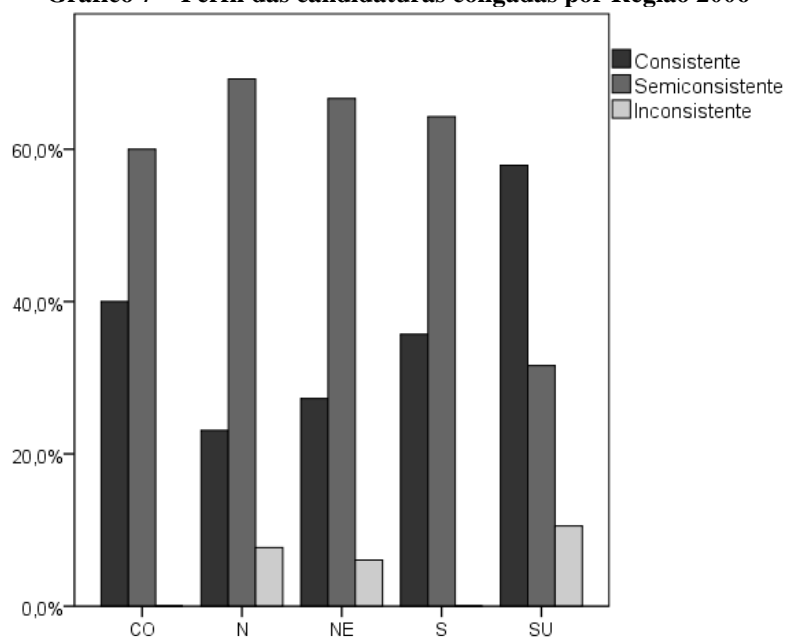
Na análise dos dados de 2010 vemos uma diferença significativa quando comparamos com os números observados em 2006, pois em 2010 as coligações *consistentes* só representaram 7,7% de todas as candidaturas, o que se mostrou uma diminuição quando comparamos com 2006 em que chegaram a mais de 30% dos casos. As coligações *semiconsistentes* representaram 15,4% o que representou uma queda drástica, pois em 2006 representavam mais de 60% das coligações lançadas. Além disso, o mais impressionante foi o grande aumento que teve de candidaturas representadas por coligações *inconsistentes*, que chegaram a atingir 76,9% das coligações presentes nas eleições, ou seja, um aumento de aproximadamente 70%. O que levanta dúvidas sobre qual motivo gerou esse aumento em relação ao ano eleitoral anterior.

Uma possível explicação para esta perceptível mudança nos perfis das coligações lançadas, pode estar ligada à questão da “verticalização”, a qual se fez presente em 2002 e 2006, proibindo os partidos que possuíam coligações para as eleições presidenciais de se coligarem nas arenas subnacionais com partidos os quais eram seus concorrentes no âmbito

federal. Sendo assim, a literatura já expõe que a questão da verticalização pode ter influenciado os partidos a se coligarem menos, e se coligarem com partidos mais semelhantes ideologicamente durante o período de 2002 e 2006, pois isto diminuiria os possíveis custos para a realização de alianças.

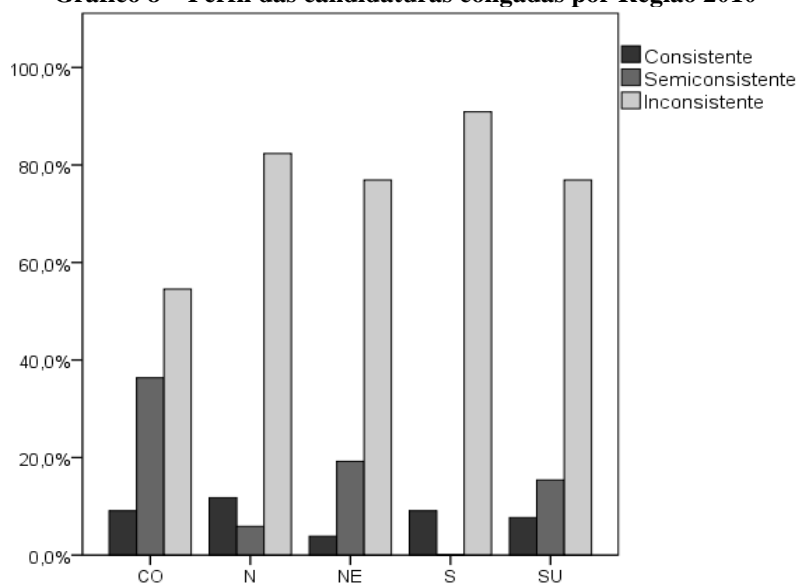
Abaixo desagregamos os números sobre os perfis das coligações analisando como eles se manifestaram dentro das regiões brasileiras.

**Gráfico 7 – Perfil das candidaturas coligadas por Região 2006**



Fonte: Elaboração do autor (2014).

**Gráfico 8 – Perfil das candidaturas coligadas por Região 2010**



Fonte: Elaboração do autor (2014).

Analisando os perfis das candidaturas coligadas por região do Brasil vemos uma semelhança com a análise total, pois em 2006 as coligações *semiconsistentes* correspondendo a maioria, pouco mais de 60% das candidaturas coligadas nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul, apenas na região Sudeste ela fica em 2ª lugar com 31,6% das candidaturas. Enquanto isso as coligações *consistentes* aparecem em 2ª lugar em todas as regiões, exceto na região Sudeste, na qual ela corresponde a 57,9% das coligações lançadas para a eleição. Ou seja, por regiões vemos que no Sudeste em 2006 houve uma lógica diferente daquela apresentada pelos dados agrupados, pois as coligações *consistentes* ideologicamente superaram as *semiconsistentes* e *inconsistentes* e atingindo números expressivos e ficando na primeira colocação. Já as coligações *inconsistentes*, tem números bastante reduzidos, não tendo nenhuma representatividade nas regiões Centro-Oeste e Sul ficando com 7,7%, 6,1% e 10,5 nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste respectivamente.

Em 2010, em todas as regiões do Brasil o perfil de coligações mais lançadas foram as *inconsistentes*, chegando a 82,3% no Norte e 90,9% no Sul, atingindo ainda, 77% no Sudeste e no Nordeste e 54,5% no Centro-Oeste, região esta onde esse tipo de coligação teve seu menor índice de aumento, ou seja, os dados separados por região nos mostram um aumento ainda mais substancial no número de coligações *inconsistentes*. Mostram ainda que o aumento das coligações *inconsistentes* se fez presente em todas as regiões do Brasil, e não apenas em alguns estados/localidades separadas.

Diferentemente das *inconsistentes*, as candidaturas com coligações *consistentes* se apresentaram com percentuais mais baixos. No Centro-Oeste ficaram com 9,1%, no Norte 11,7%, no Nordeste apenas 3,8%, no Sul 9,1% e no Sudeste 7,7%.

Entretanto, a grande queda foi percebida nas coligações *semiconsistente* que deixaram de ocupar o primeiro lugar nas regiões, como foi no pleito de 2006, aparecendo em segundo lugar nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, com respectivamente 36,4%, 19,2% e 15,4%. Na região Norte ficou na última colocação com 5,9% chegando a 0% de participação na região Sul.

Em relação à nossa questão de pesquisa que busca identificar se a questão ideológica se mostra como um fator preponderante por parte dos partidos políticos para a formação de coligações eleitorais, pudemos identificar que em 2006 houve relativa concentração de coligações mais próximas ideologicamente, porém como grande parte da literatura afirma, a questão da verticalização pode ter influenciado decisivamente esta caminhada dos partidos a formarem coligações mais consistentes. Os dados mostraram que foram as *semiconsistentes*



seguidas das *consistentes* que mais lançaram candidaturas. Porém em 2010 este padrão se modificou radicalmente, havendo uma inversão, onde as *inconsistentes* tiveram um aumento significativo, o que poderíamos identificar como uma não-importância por parte dos partidos com a questão ideológica na hora de estabelecer alianças eleitorais. Todavia, esta diferença nos dados apresentados não nos permite a chegar uma conclusão única, pois para isso teríamos que verificar a preferência todos os pleitos a partir de 1990 para poder identificar se existe algum padrão de permanência ou modificação nos perfis das coligações, entretanto, esta análise foge ao objetivo em função dos recursos de tempo disponível para a realização deste trabalho.

### 3.4 Eficácia eleitoral dos perfis de coligações

Abaixo buscaremos analisar e responder uma das perguntas bases desse trabalho que era averiguar: *qual o tipo de coligação que mais consegue êxito eleitoral?* Observamos quais destes tipos de coligações obtiveram mais sucesso nos dois pleitos eleitorais e por regiões do Brasil.

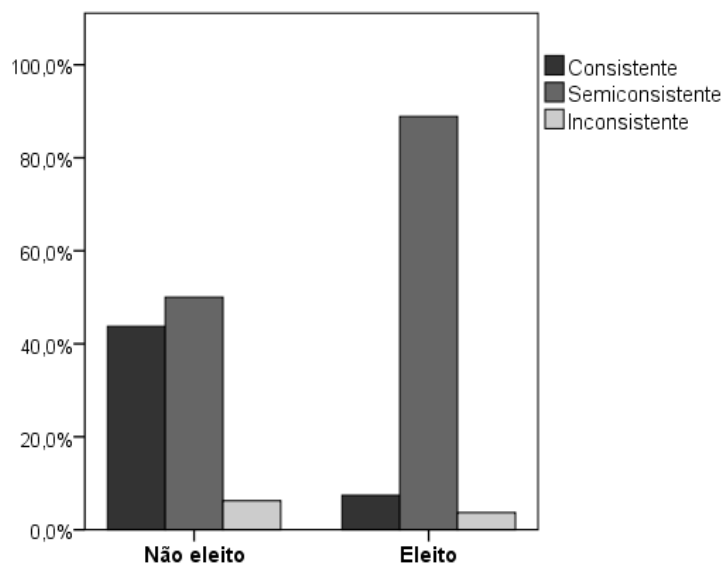
No gráfico 9, temos os dados dos não eleitos e eleitos para o ano de 2006, aqui vamos chamar atenção apenas para os eleitos. Neste quesito vemos a supremacia das coligações *semiconsistentes*, que como também vimos acima foram as que mais candidaturas lançaram, e também tiveram a maior quantidade de eleitos 88,9%. Já as *consistentes* só conseguiram eleger 7,4% do total e as *inconsistentes* tiveram o menor índice de eleitos, correspondendo a apenas 3,7%.

Em relação as eleições de 2010, o gráfico 10, nos mostra que da mesma forma que em relação a quantidade de coligações lançadas houve uma inversão em relação a eficácia dos tipos de coligação. Pois em 2006 as coligações *inconsistentes* representaram o menor índice dos três tipo de coligações, já em 2010 vemos as coligações *inconsistentes* atingindo 96,3% dos eleitos, um salto muito grande, enquanto as alianças *semiconsistentes* caíram de quase 90% dos eleitos para apenas 3,7%. Já as *consistentes* simplesmente não conseguiram eleger nenhum representante para o cargo de governador no ano de 2010.

Ou seja, as coligações *inconsistentes* representaram a imensa maioria dos vitoriosos, o que nos certifica mais ainda que houve uma mudança na forma dos partidos construir alianças com outros para as eleições executivas estaduais. Esse fato como mencionamos anteriormente pode sim estar ligado, em um de seus aspectos, mas não exclusivamente a

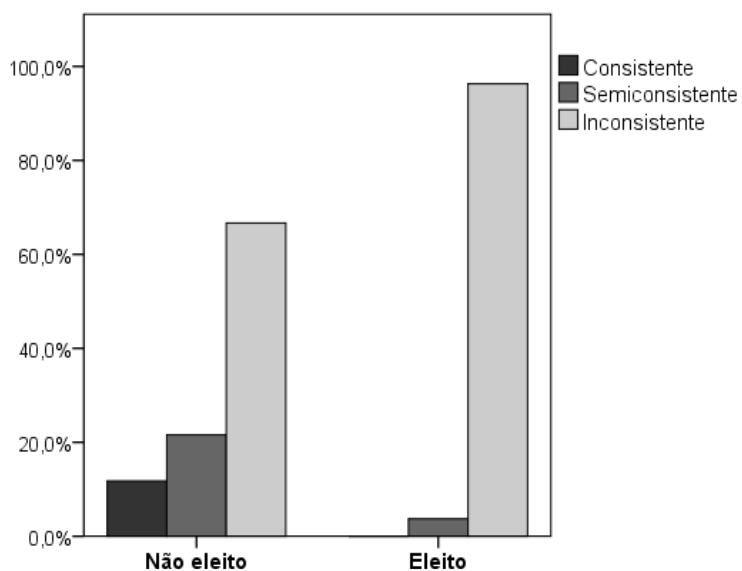
questão da abolição por parte da legislação brasileira, da obrigação da verticalização para a formação de coligações.

**Gráfico 9 - Eleitos e não eleitos por tipo de coligação 2006**



Fonte: Elaboração do autor (2014)

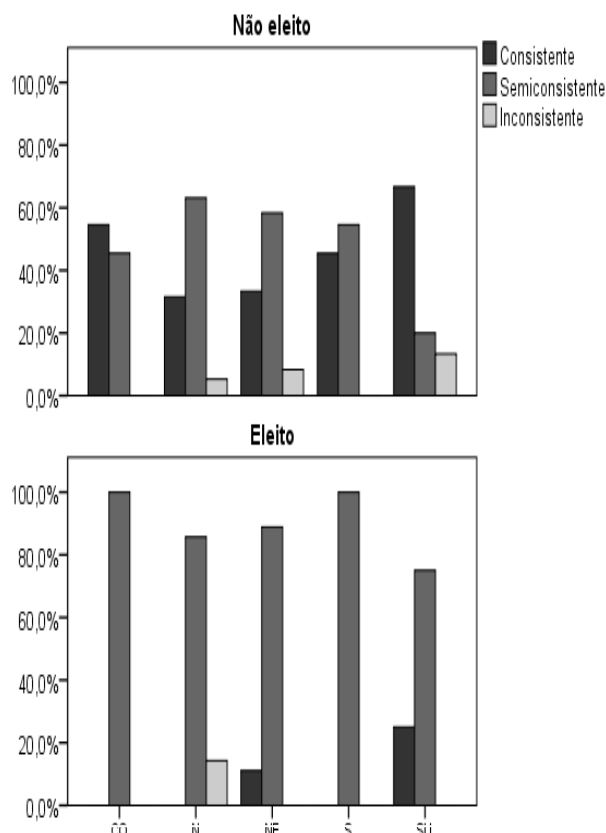
**Gráfico 10 - Eleitos e não eleitos por tipo de coligação 2010**



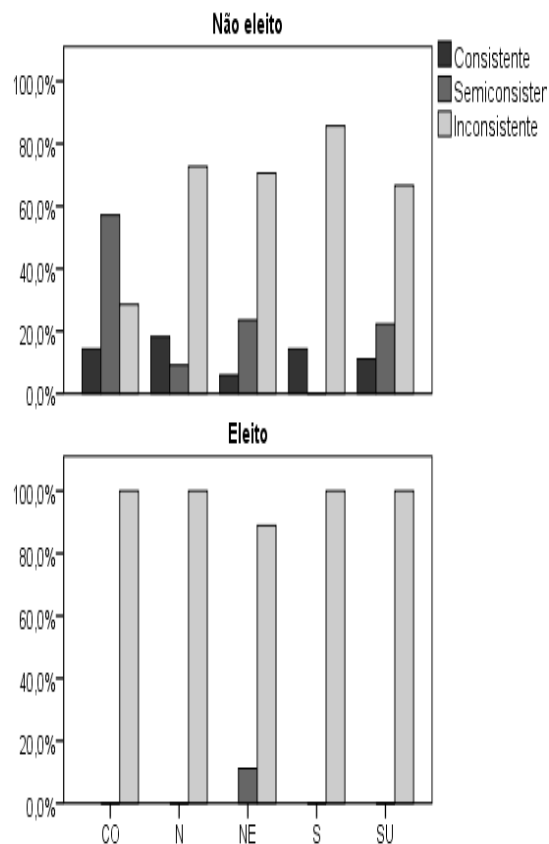
Fonte: Elaboração do autor (2014).

Partimos então para a análise da eficácia dos tipos de coligação buscando identificar agora se existiram diferenças entre os padrões registrados no que diz respeito as regiões da federação

**Gráfico 11 – Sucesso eleitoral por perfil das coligações/regiões 2006**



**Gráfico 12 – Sucesso eleitoral por perfil das coligações/regiões 2010**



Os dados nos mostram que *não*, não houve mudanças ao nível de sucesso dos tipos de coligações quando observamos as regiões do Brasil. No ano de 2006 o tipo de coligação que mais teve sucesso eleitoral foi o das *semiconsistentes* que obtiveram a vitória em todas as regiões. Já as *consistentes* só conseguiram eleger representantes na região do Nordeste com 11,1% e o Sudeste com 25% dos eleitos. As *inconsistentes* foram as grandes derrotadas no ano de 2006, tendo conseguido eleger apenas na região Norte, com 14,3% dos eleitos.

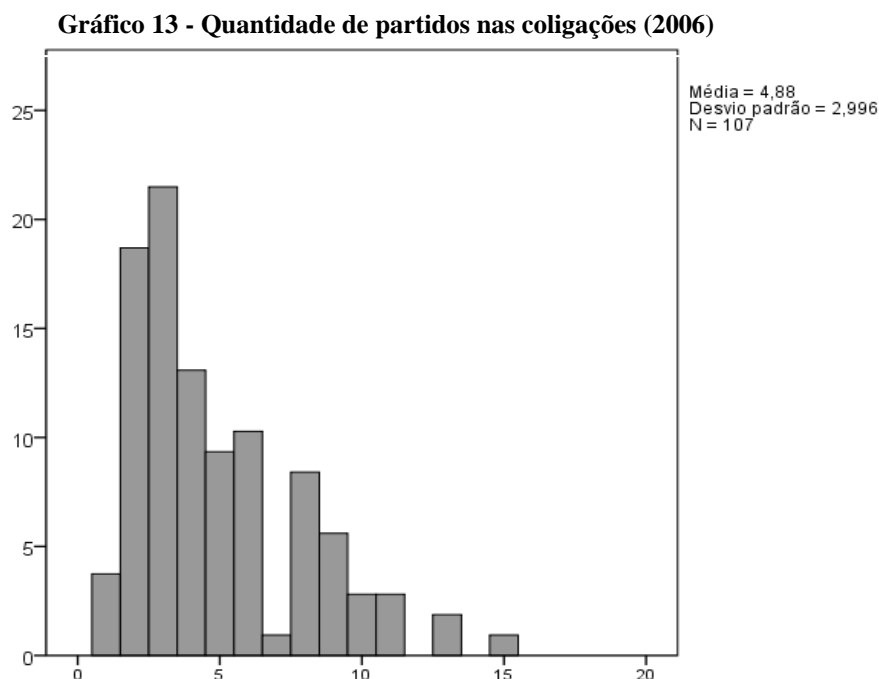
Em 2010, quando observamos o sucesso eleitoral, o predomínio se mostrou quase que inteiro das coligações *inconsistentes* que obtiveram 100% de sucesso nas regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul. Apenas no Nordeste tivemos a presença das *semiconsistentes* que atingiram 11,1%, ficando as *inconsistentes* com 88,9%. Sendo assim, as análises por região só reforçaram todas as averiguações feitas antes e mostraram, para detalhar ainda mais, a distribuição dos eleitos por tipo de coligação nas regiões do Brasil.

### 3.5 Analisando a quantidade de partidos nas coligações e as chances de se eleger

Após nossas análises a cerca dos tipos de candidatura, dos perfis das coligações e de quais os tipos mais obtêm sucesso eleitoral, surgiu uma inquietação a cerca do que estava fazendo com que as coligações conseguissem se eleger, pois o fator ideológico como vimos se mostrou um pouco difuso, observando a mudança drástica nos padrões observada entre 2006 e 2010.

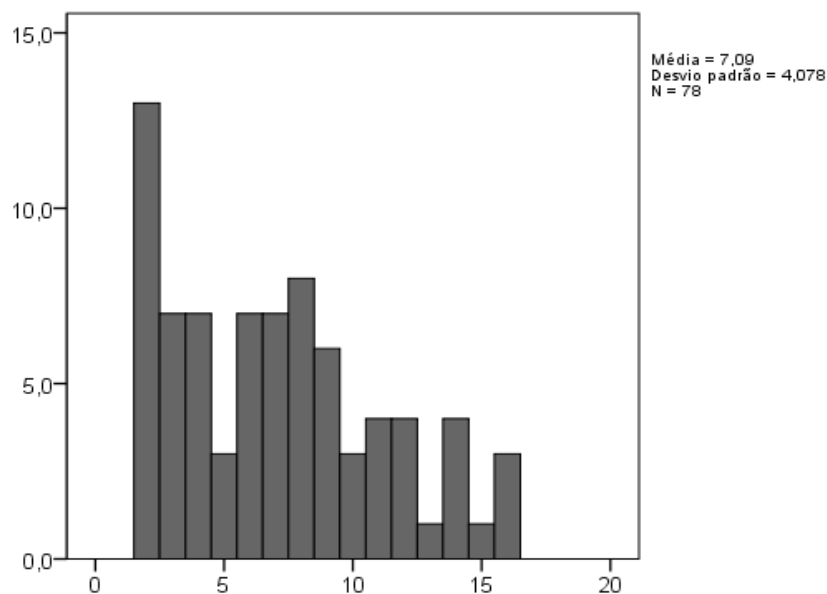
Com isso, buscamos cruzar algumas variáveis e investigar se a quantidade de partidos dentro da coligação aumenta as chances da mesma conseguir se eleger? Sobre isso é notório que comumente se tem a ideia de que mais partidos na coligação pode trazer mais votos para a mesma, porém isto é a noção baseada no senso comum, porém gostaríamos de identificar o quanto estatisticamente a quantidade de partidos influenciou nas chances de vitória das coligações nos pleitos de 2006 e 2010.

Com base nessas questões, primeiramente observamos através dos gráficos abaixo qual foi a média de partidos por coligações nos anos de 2006 e 2010.



Fonte: Elaboração do autor (2014).

Gráfico 14 - Quantidade de partidos nas coligações (2010)



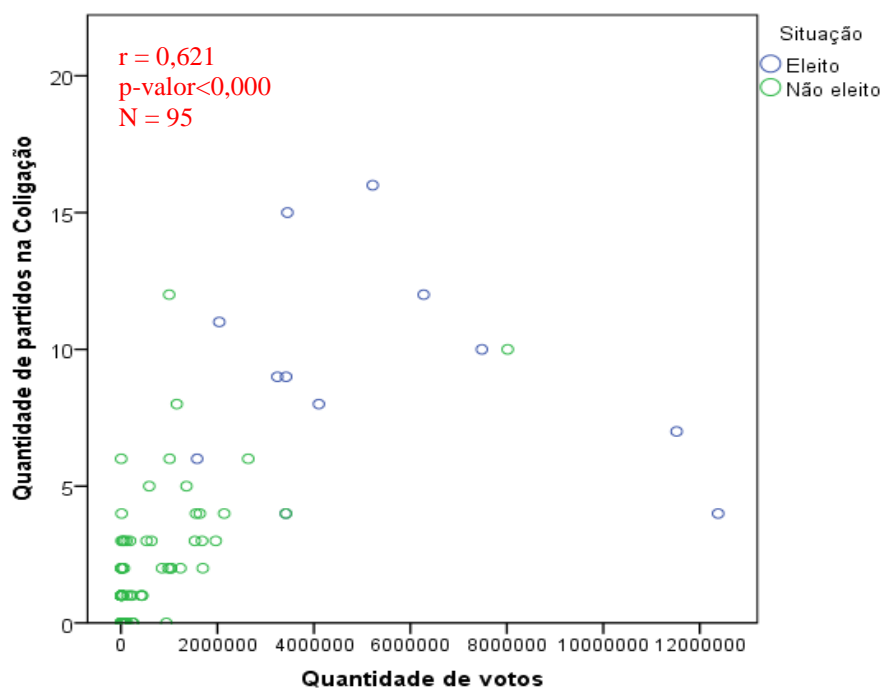
Fonte: Elaboração do autor (2014)

Nesses dois gráficos acima verificamos que em 2006 teve-se uma média menor de partidos por coligação tendo média = 4,88, já em 2010 esse número foi maior e atingiu a média = 7,09 partidos por coligação. Ou seja, em 2010 os partidos fizeram mais coligações e as alianças tiveram uma média de partidos bem maior do que foi presenciado em 2006.

Sendo assim, nós analisaremos a seguir se a maior quantidade de partidos nas coligações traz mais chances de obtenção de vitória eleitoral. Para isso nós dividimos os estados brasileiros em 3 grupos: pequenos, médios e grandes; segundo o tamanho dos seus eleitorados (ver em anexo). O objetivo da nossa separação para esta análise foi a visível incompatibilidade de se analisar Estados brasileiros como sendo todos pertencentes a um mesmo grupo, visto que, eles possuem inúmeras diferenças, como por exemplo, a diferença gritante em alguns no que diz respeito ao tamanho dos seus eleitorados.

No gráfico 15, vemos a correlação entre as variáveis: quantidade de partidos na coligação com a quantidade de votos obtidos, para os Estados com colégio eleitoral mais baixo. Ao cruzar os dados obtivemos uma correlação positiva e estatisticamente significativa (correlação de *Pearson*), sendo  $r = 0,621$  e um  $p\text{-valor} < 0,000$ , ou seja, quanto maior o número de partidos na coligação eleitoral, maior é quantidade de votos obtidos.

**Gráfico 15 – Quantidades de partidos na coligação x número de votos (eleitos/não eleitos) nos Estados, com colégios eleitorais pequenos**



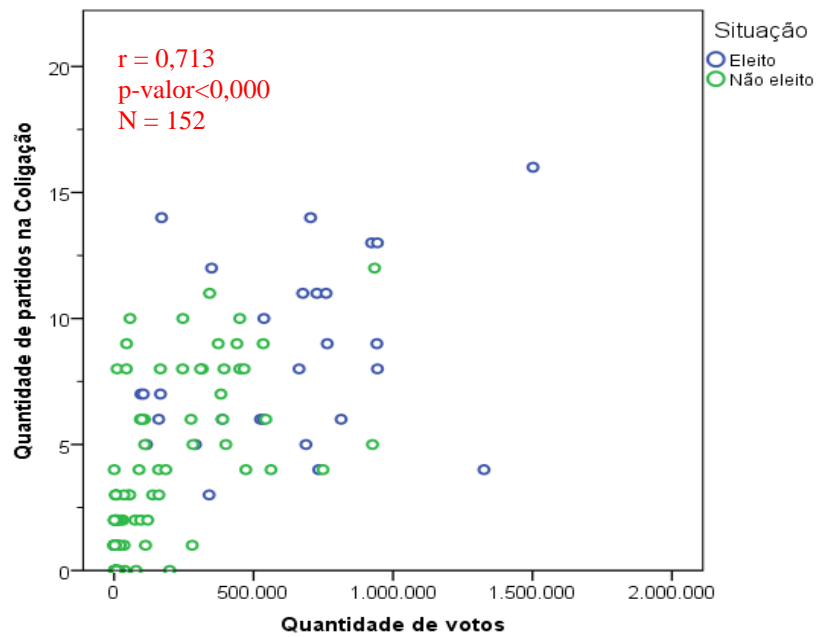
Fonte: Elaboração do autor (2014).

No gráfico 16, analisamos as mesmas variáveis acima citadas, só que tomamos como análise os estados com colégios eleitorais médios. Ao analisar o gráfico, vemos que a correlação das variáveis apresentou-se mais alta,  $r = 0,713$  e um  $p\text{-valor} < 0,000$ . O que nos permite identificar que o aumento na quantidade de partidos dentro da coligação afeta positivamente nas chances de se obter uma maior quantidade de votos e também de conseguir se eleger.

À primeira vista esta relação parece óbvia, porém não podemos desconsiderar que muitas coligações que se apresentam com uma quantidade grande de partidos, são composta por partidos pequenos, e que a literatura também afirma que são os partidos grandes que puxam mais votos para as coligações.

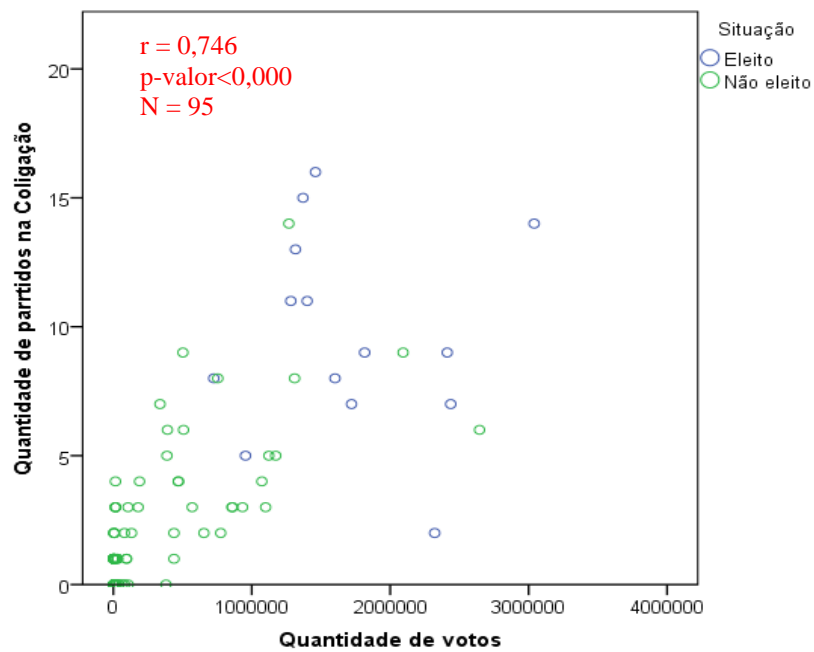
Por fim, analisando o gráfico 17, que apresenta o resultado da análise para os estados brasileiros com grandes colégios eleitorais, vemos que o padrão observado nas análises precedentes são repetidas, pois tivemos um valor para a correlação  $r = 0,746$ , com significância  $p\text{-valor} < 0,000$ . Isso nos mostra que estatisticamente as variáveis se correlacionam entre si no sentido positivo e intensidade significativa, quando se aumenta o a quantidade de partidos na coligação em relação às chances de obtenção de votos em grandes colégios eleitorais para o cargo de governador nos anos eleitorais analisados.

**Gráfico 15 – Quantidades de partidos na coligação x número de votos (eleitos/não eleitos) nos Estados, com colégios eleitorais médios**



Fonte: Elaboração do autor (2014).

**Gráfico 15 – Quantidades de partidos na coligação x número de votos (eleitos/não eleitos) nos Estados, com colégios eleitorais grandes**



Fonte: Elaboração do autor (2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir apresentaremos as considerações a que chegamos a partir da análise dos dados referentes às eleições de 2010 e 2014 para o cargo de governador dos estados brasileiros, considerando as coligações eleitorais:

- (1) Observamos que as coligações têm sido a opção predominante no que diz respeito ao lançamento de candidaturas, visto que dentro de um universo de 342 casos, representaram 54,1% das candidaturas, ficando as candidaturas isoladas com 45,9%. Ou seja, mais uma vez se comprova que atualmente e há algum tempo as coligações deixaram de ser a exceção e tornaram-se a regra no tocante ao lançamento de candidaturas para o executivo estadual;
- (2) Quanto a taxa de sucesso dos tipos de candidaturas, os dados nos mostraram que simplesmente apenas candidaturas coligadas conseguiram ter êxito no período estudado, ficando as coligadas com 0% de eleitos. Ou seja, lançar candidaturas coligadas é a regra atualmente, além do que aparece como um “bom negócio”, visto que, as isoladas não conseguiram eleger nenhum candidato;
- (3) Referente aos perfis das coligações, segundo a classificação utilizada (*consistentes*, *semiconsistentes* e *inconsistentes*), pudemos notar que em 2010 as coligações *semiconsistentes* se apresentaram como vencedoras, atingindo 60% das coligações lançadas. Aparecendo as *consistentes* e *inconsistentes*, com respectivamente, 34% e 6%. Em 2014, porém, houve uma inversão na lógica, pois as *semiconsistentes* despencaram para 15,4%, as *consistentes* ficaram com 7,7% e as *inconsistentes* deram um salto para 76,9%. Como mencionamos, uma possível explicação para esta mudança pode estar relacionada a questão da verticalização que em 2010 ainda se encontrava em vigor. Analisando os dados por região pudemos verificar a mesma lógica observada no cenário total;



- (4) Em relação a nossa questão central de pesquisa que buscava investigar se a classificação ideológica dos partidos políticos trazia influência na forma dos partidos se coligarem, verificamos que essa lógica não é mantida na prática, visto que o principal interesse dos partidos era maximizar as suas chances de vitória, deixando assim a questão ideológica em segundo lugar. Identificamos que em 2006 houve até uma relativa aproximação ideológica por parte da maioria das coligações, porém entra a questão das regras institucionais, foi a verticalização que ainda estava em vigor e que segundo a própria literatura pode ter influenciado os partidos a se coligarem com partidos mais próximos ideologicamente. Já em 2010 houve uma clara mudança e as coligações inconsistentes se mostraram vencedoras com um altíssimo percentual, corroborando assim com a ideia de que o fator ideológico não foi tanto levado em conta e sim as chances de maximização da vitória;
- (5) Quanto aos índices de sucesso dos perfis das coligações vimos que em 2006 uma lógica perdurou, sendo as *semiconsistentes* grandes vitoriosas com 88,9% dos eleitos, vindo em sequência as *consistentes* com 7,4% e as *inconsistentes* com 3,7. Já em 2010 a lógica se inverteu ficando as *inconsistentes* com 96,3%, as *semiconsistentes* com apenas 3,7% e as *consistentes* simplesmente não conseguiram eleger nenhum representante;
- (6) Observamos também que houve um aumento na quantidade média de partidos nas coligações de 2006 para 2010, passando de uma média 4,8 em 2006 para 7,9 em 2010, e isto pode ter sido um dos fatores que fizeram crescer o número de coligações inconsistentes, visto que, aumentou o número de partidos dificultaria um maior controle e aproximação ideológica de todos os partidos pertencentes à coligação;
- (7) O sucesso eleitoral das coligações não estava relacionado diretamente com a posição ideológica das coligações, mas à quantidade de partidos dentro da coligação se mostrou

estatisticamente mais adequada para explicar esse fenômeno. Os dados nos mostraram que nos estados com colégios eleitorais menores tivemos uma correlação  $r=0,621$ , nos colégios eleitorais médios a correlação foi de  $r=0,713$  e nos grandes foi de  $r=0,746$ . Isso implica que a quantidade de partidos na coligação explica frange parte do sucesso eleitoral e obtenção de votos.

Sabemos que analisar o fenômeno das coligações partidárias no Brasil segundo seus padrões ideológicos não é uma tarefa fácil, e ainda se precisa de um maior amadurecimento teórico e metodológico, com maior sofisticação na maneira como devemos classificar os partidos políticos para melhor entender esta empreitada, porém acreditamos que este trabalho tem contribuído com os estudos sobre nessa área e se não o fez, ao menos, ampliar ainda mais a discussão divergente ou congruente, para o bem ou para o mal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). 3ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1990.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.

CARREIRÃO, Y. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. Opinião Pública, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov.

CARREIRÃO, Y. S. (2002). Identificação ideológica e voto para presidente. Opinião Pública, n. 8, p. 54-79.

DALMORO, Jeferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2005. p. 85-113.

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 a 2004*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, M. *A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral*. Cadernos de Conjuntura, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho. 1994.

FLEISCHER, David. *Las consecuencias políticas del sistema electoral brasileño: partidos políticos, poder legislativo y gobernabilidad*. Serie Cuadernos de Capel. San Jose, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Capel, 1995.

KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e Coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP, 2005.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.p. 9-23.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006):padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo, Konrad-Adenauer Stiftung, Ed. UNESP, 2010. p. 41-99.

LEONI, Eduardo L. Coligações e ideologia nas eleições para vereadores no Brasil: Uma análise econométrica. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 105-130.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/ Iuperj, 1991.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: A experiência federal e regional 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2005. p. 43-83.

MACHADO, Carlos M. M. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação ( Mestrado em Ciência Política). Brasília: UNB. 2007.

MACHADO, Carlos M. M. e MIGUEL, Luis Felipe. *Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais*. In: 6º ENCONTRO DA ABCP. Campinas: UNICAMP, 2008.

MADEIRA, R. M. e TAROUÇO, G. S. (2009). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009, Caxambu-MG. Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

NICOLAU, J. M. *Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário*. Cadernos de Conjuntura, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho. 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução a história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª edição revista, Belo Horizonte, editora UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOVAES, Carlos A. M.. *Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo n.38, p.99-147, mar. 1994.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. DADOS, Rio de Janeiro: vol.10 n.4. 1973.

POWER, T. & ZUCCO Jr., C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review* 44(1): 219-246.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo. Partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Co-edição Vértice e IUPERJ, 1987.

SILVA, D., NASCIMENTO, W., PARANHOS, R., ALVES, E., ALVES, S., OLIVEIRA, M.. Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012. **Revista Política Hoje**, América do Norte, 22, jan. 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/223/140>. Acesso em: 18 Mar. 2014.

SOARES, Gláucio Ary. *Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.17, p.95-124, 1964.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Editora DIFEL, 1974.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOCORRO BRAGA, Maria do. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e RENNÓ, Lúcio (orgs.). *Reforma Política. Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 228-245.

SOUZA, Vivaldo de. *As coligações partidárias no período 1986-94 versus 1954-62*. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Editora Alf-Omega, 1976.

SOUZA, Vivaldo. *As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62*. Coleção Parlamento em Teses. Brasília: Plenarium Editora da Câmara dos Deputados, 2006.

TAROUCO, G. da S. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. In: 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008.

TAVARES, José Antônio Giusti. A representação proporcional no Brasil, os seus críticos e a crítica aos seus críticos. In: TRINDADE, Héglio (org.). *Reforma eleitoral e representação política*. Brasil anos 90. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

TELLES, H. S.; LOURENÇO, L. C. e STORNI, T. P. L. (2009). Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116.

VEIGA, L. F. (2007). Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365.

ZUCCO Jr., C. (2009). Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. Seminário "Legislator Views of Brazilian Governance". Disponível em: <http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>. Acessado em: 28 de Maio de 2013 às 16:16.

ZUCCO Jr, Cesar. Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37 - 60.

## APÊNDICE

*Cálculo do Posicionamento Ideológico-Partidário (PIP) do PSD.*

**Quadro – Composição do PSD**

<b>Origem partidária do parlamentar que compôs a fundação do PSD</b>	<b>Quantidade de Parlamentares (qp)</b>	<b>Peso na Escala ideológica (P)</b>	<b>Somatório</b>
PT	1	2	2
PSB	1	2	2
DEM	19	7	133
PV	3	2	6
PMDB	3	4	12
PSC	3	7	21
PSDB	2	4	8
PP	4	7	28
PDT	3	3	9
PR	4	6	24
PMN	3	3	9
PPS	4	3	12

PTB	2	5	10
PSB	1	2	2
PC do B	1	2	2
PSL	1	7	7
PHS	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>--</b>	<b>288</b>

A fórmula para calcular o *Posicionamento Ideológico Partidário (PIP)* é:

$$PIP = \frac{\sum P}{\sum qp}$$

onde

$$PIP = \frac{288}{56} = 5,142 \approx 5$$

considerando a escala de posicionamento ideológico para classificar os partidos, o valor 5 (cinco) corresponde à posição *centro-direita (CD)*.

## ANEXOS

**Tabela - Formação dos clusters 2006 a partir do desvio padrão**

Consistencia das Coligações 2006	Desvio padrão	Frequência	Porcentual
Consistente	,00	17	45,9
	,47	13	35,1
	,50	4	10,8
	,82	1	2,7
	,87	1	2,7
	,93	1	2,7
	Total	37	100,0
Semiconsistente	1,02	1	1,6
	1,09	1	1,6
	1,17	1	1,6
	1,22	4	6,3
	1,23	1	1,6

1,25	1	1,6	
1,30	1	1,6	
1,32	1	1,6	
1,36	2	3,1	
1,41	1	1,6	
1,47	1	1,6	
1,48	2	3,1	
1,50	4	6,3	
1,54	2	3,1	
1,55	2	3,1	
1,58	1	1,6	
1,60	1	1,6	
1,61	1	1,6	
1,62	1	1,6	
1,64	2	3,1	
1,66	1	1,6	
1,69	1	1,6	
1,70	6	9,4	
1,74	1	1,6	
1,76	1	1,6	
1,80	2	3,1	
1,81	1	1,6	
1,83	1	1,6	
1,85	1	1,6	
1,89	2	3,1	
1,90	1	1,6	
1,92	3	4,7	
1,95	3	4,7	
1,96	2	3,1	
2,00	5	7,8	
2,03	1	1,6	
2,06	1	1,6	
Total	64	100,0	
<hr/>			
Inconsistente	2,10	1	16,7
	2,13	1	16,7
	2,16	1	16,7
	2,28	1	16,7
	2,50	2	33,3
<hr/>			
Total	6	100,0	
<hr/>			

**Tabela - Formação dos clusters 2010 a partir do desvio padrão**

Consistência ideológica das coligações 2010	Desvio padrão	Frequência	Percentual
Consistente	,00	6	100,0
	,47	1	8,3
	,50	3	25,0
	,82	1	8,3
	,92	1	8,3
	,94	1	8,3
Semiconsistente	1,00	1	8,3
	1,07	1	8,3
	1,11	1	8,3
	1,22	1	8,3
	1,25	1	8,3
	Total	12	100,0
	1,32	1	1,7
	1,40	1	1,7
	1,41	2	3,3
	1,42	1	1,7
	1,47	1	1,7
	1,49	1	1,7
	1,50	5	8,3
	1,54	1	1,7
	1,58	2	3,3
	1,60	1	1,7
	1,64	1	1,7
	1,66	2	3,3
	1,69	1	1,7
Inconsistente	1,70	3	5,0
	1,73	1	1,7
	1,75	1	1,7
	1,76	1	1,7
	1,79	2	3,3
	1,80	1	1,7
	1,83	2	3,3
	1,85	3	5,0
	1,87	2	3,3
	1,89	1	1,7
	1,91	3	5,0
	1,92	1	1,7
	1,93	1	1,7



1,96	1	1,7
2,00	1	1,7
2,01	1	1,7
2,02	3	5,0
2,03	3	5,0
2,08	1	1,7
2,11	1	1,7
2,12	1	1,7
2,15	1	1,7
2,19	1	1,7
2,20	1	1,7
2,30	1	1,7
2,50	2	3,3
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

**Tabela – Tamanho dos estados brasileiros segundo seus colégios eleitorais**

Pequenos	Médios	Grandes
AC	CE	BA
AL	GO	MG
AP	MA	PE
AM	PR	RJ
DF	PI	RS
ES	SC	SP
MT		
MS		
PB		
RN		
RO		
RR		
SE		
TO		